CENTRO ÁFRICA
DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Seminário de Líderes Emergente da Segurança

PROGRAMA

Washington, D.C.

10 – 28 de junho de 2019

SEMINÁRIO DE LÍDERES EMERGENTE DO SECTOR DE SEGURANÇA

10 a 28 de Junho de 2019
Washington, D.C.

PROGRAMA DE ESTUDOS

ÍNDICE

Introdução

Mapa de África

Sessão de Abertura e Descrição do Curso

Discurso Inaugural: A Evolução da Paisagem de Segurança em África: Constrangimentos e Oportunidades

Módulo 1: Liderança Estratégica

1.ª Sessão Plenária: Liderança Estratégica

2.ª Sessão Plenária: Pensamento Crítico

3.ª Sessão Plenária: Liderança e Mudança

4.ª Sessão Plenária: Governo Democrático do Sector da Segurança em África

5.ª Sessão Plenária: Desenvolvimento da Estratégia de Segurança Nacional

Módulo 2: Abordagens Estratégicas

6.ª Sessão Plenária: Tendências de Conflito

7.ª Sessão Plenária: Tendências de Democratização

8ª Sessão Plenária: Crime Transnacional

9.ª Sessão Plenária: Extremismo Violento

10.ª Sessão Plenária: Segurança Marítima

Módulo 3: Mecanismos de Segurança Estratégica em África

11.ª Sessão Plenária: Abordagens Regionais

12.ª Sessão Plenária: A Arquitectura de Paz e Segurança Africana

13.ª Sessão Plenária: Subsidiariedade e Organizações Regionais

14.ª Sessão Plenária: ONU e A3

15.ª Sessão Plenária: ONU DPKO (Departamento de Operações de Manutenção da Paz) e DPA (Departamento de Assuntos Políticos)

16.ª Sessão Plenária: Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU

Módulo 4: Potenciar Protagonistas Externos a África

17.ª Sessão Plenária: Potenciar Parcerias Externas

18.ª Sessão Plenária: A União Europeia

19.ª Sessão Plenária: Assistência dos E.U.A.

20.ª Sessão Plenária: China

21.ª Sessão Plenária: Outros Parceiros

22.ª Sessão Plenária: Instituições Multilaterais

Introdução

Num mundo em dinâmica constante em que os desafios da segurança continuam a evoluir, é importante que os líderes africanos sejam igualmente dinâmicos e adaptáveis. Tomar decisões estratégicas inteligentes num mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo proporciona alguma vantagem competitiva. Embora a gestão da incerteza seja difícil, os líderes estratégicos antecipam não só a incerteza como procuram capitalizar com a mesma e usá-la como uma oportunidade para uma mudança transformadora.[1]

O Centro de Estudos Estratégicos Africanos está a organizar um programa para apoio aos líderes do sector da segurança africanos (tanto militares como civis) no desenvolvimento de um conjunto adequado de competências para lidar com as preocupações relativas à segurança no continente.

Nunca houve um momento na história moderna africana em que a emanação dos líderes e a qualidade de liderança tenham sido tão importantes. A necessidade de uma liderança africana, que tenha a competência para compreender as ameaças, desafios e oportunidades da globalização, os imperativos da democratização e da boa governação, a visão de um futuro preferencial e a capacidade e o compromisso de o concretizar, é claramente crucial. À luz dos problemas endémicos com que a África se defronta a primeira geração de líderes africanos tem sido objecto de duras críticas.

(Prof. Ahmed Mohiddin, Africa Leadership (Liderança Africana), 1998)[2]

[1] Cf. Patrick Porter, "Taking Uncertainty Seriously: Classical Realism and national Security (Levar a Incerteza a Sério: Realismo Clássico e Segurança Nacional)" *European Journal of International Security* Vol. 1, Número 2 (Julho de 2016), 239-260.

[2] Cf. Ahmed Mohiddin, "Africa Leadership: The Succeeding Generation, Challenges and Opportunities (Liderança Africana: A Geração Seguinte, Desafios e Oportunidades)" 1998; Disponível em http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CAFRAD/UNPAN007927.pdf

SOBRE O CENTRO ÁFRICA

Desde a sua criação em 1999, o Centro África tem servido como um fórum de pesquisa, programas académicos e intercâmbio de ideias com o objetivo de aumentar a segurança dos cidadãos por meio do aprimoramento da eficácia e da imputabilidade das instituições africanas, em apoio às políticas compartilhadas por EUA e África.

VISÃO

Segurança para todos os africanos propiciada por instituições eficazes e imputáveis perante seus cidadãos.

A força motriz do Centro África é realizar a visão de uma África livre de violência armada e organizada, assegurada por instituições africanas comprometidas com a proteção dos cidadãos africanos. Esse objetivo enfatiza o compromisso do Centro África em contribuir para impactos tangíveis ao trabalhar com nossos parceiros africanos – militares, civis, governamentais e da sociedade civil, bem como nacionais e regionais. Todos desempenham papéis importantes na atenuação dos complexos fatores causadores dos atuais conflitos no continente. A imputabilidade perante os cidadãos é um elemento importante da nossa visão, uma vez que salienta o fato de que, para serem efetivas, é preciso que as instituições de segurança, além de serem "fortes", protejam e estejam atentas aos direitos dos cidadãos.

MISSÃO

Promover a segurança africana por meio da expansão da compreensão, disponibilização de uma plataforma confiável para o diálogo, construção de parcerias duradouras e catalisação de soluções estratégicas.

A missão do Centro África gira em torno da geração e disseminação do conhecimento por meio de nossos programas académicos, pesquisas, comunicações estratégicas e polos comunitários. Com base nas experiências práticas e nas lições aprendidas com os esforços de segurança no continente, buscamos gerar insights e análises relevantes que possam informar profissionais e legisladores com respeito aos mais prementes desafios de segurança que enfrentam. Reconhecendo que o enfrentamento de sérios desafios só pode ocorrer por meio de intercâmbios francos e ponderados, o Centro África disponibiliza plataformas presenciais e virtuais, pelas quais os parceiros podem compartilhar opiniões sobre prioridades e boas práticas. Tais intercâmbios fomentam relacionamentos que, por sua vez, são administrados ao longo do tempo pelo Centro África por meio de polos comunitários, comunidades de interesse, programas de acompanhamento e diálogos continuados entre participantes e funcionários. Esse diálogo – imbuído de experiências do mundo real e análises atuais – não só oferece oportunidades de aprendizagem contínua, mas também catalisa ações concretas.

MANDATO

O Centro África é uma instituição do Departamento de Defesa dos EUA estabelecida e financiada pelo Congresso americano, a fim de possibilitar o estudo de questões de segurança relacionadas à África e servir como fórum para pesquisas bilaterais e multilaterais, comunicação, intercâmbio de ideias, e formação envolvendo participantes militares e civis. (10 U.S.C 342)

Qual a Razão da Realização deste Programa

Há um consenso entre os líderes africanos, académicos e profissionais que uma liderança eficaz, ética e estratégica é essencial para o sucesso do continente. Os participantes já receberam um volume considerável de formação sobre profissionalismo, ética e liderança/tomada de decisão através de uma educação militar formal e de experiências não académicas. Porém, como referiu o Gen. Frimpong "Os bons líderes desenvolvem-se através de um processo interminável de estudo individual, educação, formação e experiência".[3] Além disso, a designação dos participantes pelos governos para participarem neste programa indica que o seu desempenho no passado e o seu potencial nestas áreas são altamente respeitados. Honraremos estes talentos e procuraremos construí-los de uma forma significativa e útil.

O objectivo geral do programa é proporcionar ferramentas práticas e eficazes a que os participantes possam recorrer para contribuir para a segurança e o desenvolvimento da nação. Especificamente, procuramos:

- Investigar ideias actuais sobre lideranças fortes (de pessoas e instituições), processo de decisão, profissionalismo militar e ética.
- Sensibilizar para questões relacionadas com respostas estratégicas apropriadas a ameaças de segurança actuais e emergentes em África.
- Reforçar a sua compreensão da estratégia de segurança.

Abordagem Académica

Reconhecendo a diversidade dos desafios e oportunidades na governança do sector da segurança, este programa procurará captar intencionalmente lições importantes e boas práticas através das:

a) Sessões plenárias que reforcem a aprendizagem interpares que se foque nas aplicações práticas e nos princípios de uma governança forte do sector da segurança;
b) Discussões em pequenos grupos que reforcem os objectivos de aprendizagem e desafiem os participantes a abordar o governo no seu todo e questões técnicas mais específicas;
c) Estudos de Caso como método de investigação envolvendo um exame de perto, em profundidade e detalhado da experiência de um certo número de países, bem como das respectivas condições em temos contextuais;
d) Um texto escrito constituído por um artigo individual original com 4 a 6 páginas;
e) Um exercício de simulação interactivo destinado a reforçar os conceitos analisados durante o curso e a incentivar os participantes a pensar estrategicamente sobre a melhor forma de os aplicar.

O Workshop será realizado em inglês, francês e português. O programa será realizado ao abrigo de uma rigorosa política de não atribuição.

Exercício de Simulação:

Este exercício usará um estudo de caso fictício para desafiar os participantes a usar os princípios de liderança eficaz e tomada de decisão a nível estratégico, discutidos no módulo 1; para abordar um conjunto de ameaças à segurança que se reforcem colectivamente, similares às analisadas no

[3] Brigadeiro-General Daniel K. Frimpong, "Appendix Two," *Leadership and the Challenges of Command* ("Apêndice Dois", Liderança e os Desafios do Comando), AFRAM Publications, (Acra: 2003), pg. 156.

módulo 2; tendo em conta a arquitectura de paz e segurança da UA conforme discutido no módulo 3 e fazer a ponte de modo a comportar a alavancagem e a assistência externa para resolver um conflito, conforme estudado no módulo 4. Este exercício tem dois objectivos amplos. Primeiro, será dada oportunidade aos participantes para colaborarem num exercício para resolução de problemas. Segundo, os participantes demonstrarão como é essencial uma liderança eficaz e um processo de decisão estratégico na condução de uma reforma transformadora em África.

Formato e Requisitos do Programa

A liderança e as abordagens estratégicas, o processo de decisão ético e os padrões de comportamento exemplares funcionarão como os princípios centrais do programa. Estes temas atravessarão os quatro módulos seguintes: Liderança Estratégica, Abordagens Estratégicas, Mecanismos de Segurança Regional e Potenciar Protagonistas Externos a África. Os módulos estão inter-relacionados e reforçam-se mutuamente. O terceiro módulo, referente aos mecanismos de Segurança Regional, será reforçado com uma visita de estudo à UA-ONU e à ONU em Nova Iorque.

Programa de Estudos

Este Programa de Estudos proporciona uma descrição do material académico e questões chave de política relacionadas com a liderança ética e estratégica no sector da segurança em África. O documento está organizado de acordo com as linhas dos quatro módulos deste programa. Para cada módulo, o programa de estudos apresenta uma breve introdução e contextualiza as questões para discussão. Apresentamos artigos seleccionados, cujo objectivo principal é assegurar que todos e cada um dos participantes tirem o maior proveito das apresentações. O Centro África tem noção que o programa de estudos cobre, provavelmente, mais questões e materiais do que aqueles que podem ser suficientemente discutidos no tempo disponibilizado. Esperamos que utilize estes materiais como recurso mesmo depois do programa terminar.

Incentivamo-lo a chamar a nossa atenção para as suas questões e sugestões sobre os materiais e o curso em geral. A qualidade dos nossos programas e cursos beneficiou extraordinariamente da boa-vontade entusiástica de antigos participantes que fizeram críticas e sugestões construtivas. Os organizadores e os moderadores deste curso estão dispostos a discutir tópicos específicos consigo. Incentivamo-lo a consultá-los, tal como incentivamos a ler os materiais distribuídos e a participar activamente nos nossos grupos de discussão.

Mapa de África

Map No. 4045 Rev. 7 UNITED NATIONS
November 2011

Department of Field Support
Cartographic Section

Sessão de Abertura e Descrição do Curso

Formato: Apresentação plenária

Objectivo:

- Compreender os objectivos académicos, a organização e os requisitos deste programa

Preâmbulo:

Uma liderança eficaz é crucial para a criação e apoio às forças armadas profissionais. A liderança é a capacidade de influenciar pessoas e acções. A aceitação a longo prazo dessa liderança depende de um conjunto de normas éticas partilhadas. A liderança do sector da segurança tem três níveis gerais, superior, intermédio e inferior, cada um com as suas funções e responsabilidades separadas. O programa Líderes do Sector Emergente da Segurança realça as responsabilidades e as ferramentas para uma liderança superior eficaz.

Este curso defende que a liderança eficaz não é um tópico isolado; mas que atravessa os módulos que compreendem o programa. Em cada um dos quatro módulos diversos oradores irão destacar os desafios da liderança.

1. *Liderança Estratégica*: Este módulo abordará os desafios inerentes ao exercício da liderança a nível estratégico. Realçará o importância de uma liderança eficaz na governança do sector da segurança e analisará a experiência africana (tanto militar como civil) ao longo da história. A discussão procura salientar os princípios chave da liderança eficaz e examinará a forma como estes podem ser aplicados aos países africanos. Explora o conceito do pensamento crítico e como este pode gerar a mudança. Este módulo também apresenta aos participantes a concepção, aquisição e implementação de estratégias de segurança nacional. Termina com uma discussão em grupo sobre a forte correlação entre a liderança estratégica e a mudança.

2. *Abordagens Estratégicas*: Para além de salientar os desafios de segurança actuais e emergentes com que África se defronta, este módulo abordará o papel do sector da segurança no cumprimento destes desafios a partir de uma abordagem estratégica. O objectivo principal deste módulo é proporcionar o contexto no âmbito do qual são desenvolvidas e executadas estratégias eficazes.

3. *Mecanismos de Segurança Regional:* Embora a criação de mecanismos de segurança cooperativa não seja nova em África, obteve um novo impulso recentemente com a União Africana. A natureza transnacional de muitas ameaças tem forçado as nações africanas a aderir aos mecanismos de segurança regional. Este módulo será explorado através de um conjunto de sessões concertadas com a representação da UA na ONU em Nova Iorque.

4. *Potenciar os Protagonistas Externos a África:* Este módulo explorará as funções que os parceiros internacionais desempenham no melhoramento da segurança, de modo a ajudar o continente a alcançar a paz e a estabilidade. Ajudará a avaliar diversas medidas que a comunidade internacional está a tomar para atingir este fim. O módulo dará oportunidade aos profissionais de segurança africanos para discutirem o papel de África na cena internacional. O módulo termina com um breve resumo dos pontos chave da relação de África com parceiros externos.

Discurso Inaugural: A Evolução da Paisagem de Segurança em África: Constrangimentos e Oportunidades

Formato: Apresentação plenária

Objectivos:

- Traçar o mapa do ambiente internacional.
- Discutir os constrangimentos e oportunidades da política internacional.
- Explorar formas através das quais os países africanos possam navegar com sucesso a sua saída das complicações decorrentes das interacções internacionais entre nações.

Preâmbulo:

Num mundo em evolução e globalização em que a autarquia já não é uma opção, é necessário ter um entendimento abrangente da política internacional para fazer a jogada certa e dirigir o barco adequadamente sem desvios e com visão. Independentemente da posição de cada um quanto ao contributo e ao papel que a África desempenha no mundo, continua a ser penosamente verdadeiro o facto de o continente continuar a lutar para proporcionar uma segurança genuína ao seu povo. Por conseguinte, é necessária uma mudança do paradigma para dominar melhor os determinantes chave dos comportamentos e resultados internacionais.

Desde há décadas que a abordagem convencional para compreender a África no âmbito das relações internacional é tratar os estados africanos meramente como destinatários dos caprichos dos outros protagonistas.[4] Desafiando esta abordagem, este programa procura considerar os estados africanos e os protagonistas políticos como sérios sujeitos/agentes históricos reais por direito próprio. Avaliar a agência, por conseguinte, convida à análise do impacto concreto dos estados africanos quando agem colectivamente no foro internacional, bem como em que medida é utilizada por outros protagonistas, explora oportunidades e/ou constrangimentos para esses projectos, colectivos ou individuais, dos estados africanos.

Em resumo, os líderes africanos da segurança devem compreender que o seu continente continua a ser extraordinariamente afectado pelos interesses e ambições de potências externas e que a agência africana exige atenção tanto para a formação nacional daquela agência, como para as estruturas internacionais mais amplas no âmbito da qual é exercida.

Perguntas para Discussão:

- Como avalia o papel da África na cena internacional?
- Como é que a globalização está a afectar o seu país e o seu continente?
- Num mundo globalizado, como é que os líderes africanos lidam com os problemas de segurança estratégicos?
- Como é que os líderes africanos podem transformar constrangimentos em oportunidades?

Leituras necessárias:

Sharkdam Wapmuk e Oluwatooni Akinkwotu, "The Dynamics of Africa in World Affairs: From Afro-Pessimism to Afro-Optimism? (As dinâmicas da África nas Relações Mundiais: do Afro-Pessimismo para o Afro-Optimismo?)" Revista Brasileira de Estudos Africanos, 2, 4 (Jul-Dez 2017): 11-29; https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/75450/47053
Disponível em português: https://doi.org/10.22456/2448-3923.75450.

[4] Cf. Christopher Clapham, *Africa and the International System: The Politics of State Survival* (África e o Sistema Internacional: a Política de Sobrevivência do Estado) Cambridge University Press, 1996.

Módulo I: Liderança Estratégica

Este primeiro módulo constitui a matriz no âmbito da qual decorrerá a conversa ao longo das 3 semanas. Alguns líderes esperam pela certeza, confiando nos pressupostos existentes que podem mudar rapidamente, perdendo assim oportunidades para moldar o futuro. Outros aceitam a incerteza como um dado adquirido e tomam medidas para antecipar o futuro.[5] Provavelmente, os líderes que conseguem ter sucesso num mundo incerto são aqueles que têm um sentido estratégico, que tentam constantemente compreender e seguir as forças da mudança no seu ambiente sociopolítico. Procuram o equilíbrio certo entre o conhecimento e a imaginação. Sabem como pensar a incerteza e como se organizar para reduzir a surpresa e gerir o risco.[6]

A África necessita de pensadores críticos que tenham capacidade para definir claramente os seus objectivos e desenvolver um plano de acção estratégico com cada objectivo decomposto em tarefas, tendo cada tarefa uma lista dos recursos necessários e uma cronologia específica. Essencialmente, estes líderes devem apresentar uma capacidade de introduzir alguma flexibilidade nos seus planos através da criação de alguns pontos de referência no seu pensamento de modo a analisarem o progresso.[7] Usam depois estes pontos de referência como um guia e reconhecem a oportunidade para rever os seus planos sempre que necessário. Possuem uma capacidade inata para serem proactivos e anteciparem a mudança, em vez de reagirem à mudança.[8]

Para preparar o caminho para o resto do diálogo, este módulo cria o cenário para os conceitos de liderança estratégica e para as abordagens que forjam o programa de três semanas. Aprofunda a noção de liderança estratégica e discute a importância do pensamento crítico e de como uma liderança forte conjugada com o pensamento crítico, pode levar à mudança. Também inclui sessões sobre o governo democrático do sector da segurança e como desenvolver, obter e implementar uma estratégia de segurança nacional. Em geral, é importante lembrar que uma liderança eficaz é a todos os níveis (estratégica, operacional e táctica) e tem tanto a ver com o pensamento como com a motivação e o conseguir levar as coisas até ao fim.

[5] Consultar https://www.foreignaffairs.com/sponsored/gradschoolforum/nyu-school-professional-studies
[6] Ibid.
[7] Consultar https://www.cssp.com/CD0808b/CriticalStrategicThinkingSkills/
[8] Ibid.

1.ª Sessão: Liderança Estratégica

Formato: Apresentação plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Proporcionar as bases para o primeiro módulo através da análise dos princípios da liderança estratégica no contexto africano.
- Explorar formas através das quais a liderança estratégica possa constituir um pré-requisito para a mudança.

Preâmbulo:
De acordo com Wren e Price, liderança é "um processo de influência mútua entre líderes e seguidores na qual cada participante opera como parte de um colectivo num ambiente complicado e sempre em mudança num esforço de alcançar os objectivos desejados."[9] Embora haja diferentes abordagens ao estudo da liderança, este programa foca-se na liderança estratégica, isto é, na capacidade de pensar estrategicamente num ambiente volátil e incerto e em proporcionar uma liderança transformadora e que molda os resultados.

Filosofia Africana: Um rápido relance pela história africana revela que a liderança através da qual o líder reconhece que lidera em virtude do consentimento dos seguidores pode ser encontrada em diversas regiões africanas conforme é demonstrado pela filosofia *Ubuntu* sul-africana.[10] *Ubuntu* é uma filosofia ética ou humanista que se foca nas lealdades das pessoas e nas suas relações umas com as outras. Uma filosofia similar articulada na ideia que através da nossa interacção com os outros seres humanos, descobrimos as nossas qualidades humanas , pode encontrar-se na África Ocidental em *Kurukan Fuga*[11] ou na Carta de Manden , que estabeleceu a Federação dos clãs Mandinka sob um único governo e redigiu as leis sob as quais o povo Malinke deveria viver.

Características da Liderança Estratégica: Em vez de usar a força ou ameaças, a liderança estratégica assenta no diálogo para obtenção do apoio dos membros da sua equipa influenciando-os de forma a incitar contributos para o sucesso. Os líderes estratégicos estão sempre a olhar para o futuro em vez de tentarem acompanhar as tendências ou a olhar para trás.[12] Mantém-se atentos e a par do que acontece nas suas instituições para se certificarem que estão preparadas para o que vem a seguir. Estão abertos a pontos de vista alternativos, incentivam os membros da sua equipa a questioná-los e a desafiá-los relativamente às medidas e planos, de modo a ouvirem novas ideias e novos pontos de vista.[13]

Abordagens à Liderança Estratégica: Em vez de um controlo total sobre o processo de decisão, a liderança estratégica cria um ambiente capacitante no qual os subordinados são incentivados a participar no processo apresentando as suas próprias opiniões, pontos de vista e sugestões. O que

[9] J. Thomas Wren and Terry L. Price, The Values of Presidential Leadership (Os Valores da Liderança Presidencial), Nova Iorque: Palgrave/Macmillan, 2007, pg. 215.
[10] Consultar https://historyplex.com/ubuntu-african-philosophy
[11] Consultar https://en.unesco.org/mediabank/23135/
[12] Consultar https://study.com/academy/lesson/strategic-leadership-definition-characteristics-examples.html
[13] Ibid.

distingue a liderança da liderança estratégica assenta na disciplina do pensamento.[14] Com uma visão e uma missão estimulante, o líder estratégico atrai as pessoas certas, aquelas que se empenharão em alcançar objectivos de longo prazo e os objectivos da instituição, proporcionando assim a motivação intrínseca necessária para lidar com as dificuldades e os revezes. A liderança estratégica também promove um ambiente estimulante em que as pessoas podem crescer e aplicar os seus talentos e competências para alcançar os objectivos institucionais.

Perguntas para Discussão:

- Que nuance, se é que existe, vê entre a liderança e a liderança estratégica?
- Com que tipos de desafios à liderança/tomada de decisão se defronta e os seus pares se defronta, habitualmente no seu país?
- Os princípios de liderança/tomada de decisão estão a mudar no seu país? Em caso afirmativo, porquê? Como é que estes estão a mudar?

Leituras necessárias:

Eckert, R. e Rweyongoze, S., 2015. Leadership Development in Africa: A Focus on Strengths (Desenvolvimento da Liderança em África: Um Foco nos Pontos Fortes). Livro Branco. Center for Creative Leadership (Centro para a Liderança Criativa) https://www.ccl.org/wp-content/uploads/2015/04/leadershipDevelopmentAfrica.pdf

Kwesi Aning e Joseph Siegle, "Deep Commitment, High Expectations: The Values of the Next Generation of African Security Sector Leaders (Empenhamento Profundo, Expectativas Elevadas: Os valores da Próxima Geração de Líderes Africanos do Sector da Segurança)" *Africa Defense Forum*, 12 Jul 2018. http://adf-magazine.com/deep-commitment-high-expectations/
Disponível em francês:
http://adf-magazine.com/engagement-profond-attentes-elevees/?lang=fr

[14] Cf. Mark Grandstaff e Georgia J. Sorenson, *Strategic Leadership: The General's Art (Liderança Estratégica: A Arte do General)*, Viena, VA: Management Concepts (Conceitos de Gestão), 2009.

2.ª Sessão: Pensamento Crítico

Formato: Apresentação plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Discutir o que significa o pensamento estratégico.
- Examinar o seu papel no desenvolvimento, implementação e avaliação da estratégia de segurança em África.

Preâmbulo:

Dianne Halpern, uma psicóloga cognitiva notável, apresenta a seguinte definição de trabalho de pensamento crítico:

> "O pensamento crítico é o uso de competências ou estratégias cognitivas que aumentam a probabilidade de um resultado desejável. É usado para descrever um pensamento que é intencional, fundamentado e orientado para um objectivo, o género de pensamento envolvido na resolução de problemas, formulação de conclusões, cálculo de probabilidades e tomada de decisões, quando o pensador está a usar competências que são ponderadas e eficazes para o contexto específico e tipo de tarefa de pensamento."[15]

Ela realça a importância de um uso consciente e deliberado de uma abordagem baseada no processo aquando da avaliação e resolução de um problema. Esta abordagem procura a disciplina ao evitar erros cognitivos para identificar e considerar opções, seleccionando finalmente a melhor opção com critérios claros e ponderados.[16]

Mesmo num campo que produz um ambiente complexo e problemático para o pensamento crítico, destacam-se os desafios com que os profissionais do sector da segurança se defrontam. As ameaças à segurança africana são predominantemente irregulares e têm as suas raízes num conjunto diverso e complexo de problemas sociais, económicos e políticos que não se coadunam com soluções directas.[17] Neste contexto as ferramentas e sistemas tradicionais do sector da segurança podem não ser fiáveis ou mesmo parte do problema nos casos em que o sector da segurança se possa ter tornado corrupto ou politizado.[18] Isto coloca uma grande pressão no decisor para identificar problemas, ferramentas e soluções quando muitas abordagens de segurança ortodoxas podem ser ineficazes ou contraproducentes.

Uma abordagem à resolução de problemas em cenários em que a informação sobre o problema é complexa e limitada é um método de Adaptação Iterativo Orientado para o Problema (PDIA), conforme descrito por Andrews, Pritchett e Woolcock. O PDIA baseia-se em começar a partir do problema e gerar soluções através da iteração usando quatro princípios fundamentais:

> "Primeiro, o PDIA foca-se na resolução de problemas de desempenho indicados e definidos localmente. Segundo, procura criar um "ambiente de autorização" para o processo de decisão que incentive uma "desviância positiva" e a experimentação.

[15] Halpern, D. F. (2014). Thought and knowledge: An introduction to critical thinking (Pensamento e conhecimento: Uma introdução ao pensamento crítico (5ª ed.). New York, NY, US: Psychology Press.
[16] Ibid.
[17] Williams, Paul. War and Conflict in Africa (Guerra e Conflito em África) (2ª Ed.) Polity Press (2016), pg. 38-40.
[18] Ouedraogo, Emile. Promover o Profissionalismo Militar em África (2016) https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ARP06EN-Advancing-Military-Professionalism-in-Africa.pdf

Terceiro, integra esta experimentação em laços apertados de retorno que facilitam uma aprendizagem empírica rápida. Quarto, envolve activamente amplos conjuntos de agentes para assegurar que as reformas são viáveis, legítimas, relevantes e suportáveis."[19]

Um processo como o PDIA pode ajudar os países africanos na construção da capacidade do estado e na promoção da implementação da política.

Perguntas para Discussão:

- Porque é que o pensamento crítico é uma competência importante e necessária na governação?
- Como é que as competências de pensamento crítico podem ser aplicadas a problemas estratégicos, operacionais e tácticos?
- Quais são os 4 (quatro) princípios fundamentais do PDIA?
- Como é que o PDIA pode ajudar a preencher as lacunas da capacidade em África?

Leituras necessárias:

Matt Andrews, Lant Pritchett, Michael Woolcock, "Escaping Capability Traps through Problem Driven Iteration Adaption (PDIA) (Escapar às armadilhas da Capacidade através da Adaptação da Iteração Orientada para o Problema)" ***CID Working Paper (Documento de Trabalho do CID)* N.º 240, Junho de 2012.** https://www.cgdev.org/publication/escaping-capability-traps-through-problem-driven-iterative-adaptation-pdia-working-paper

[19] Matt Andrews, Lant Pritchett, Michael Woolcock, "Escaping Capability Traps through Problem Driven Iteration Adaption (PDIA) (Escapar às armadilhas da Capacidade através da Adaptação da Iteração Orientada para o Problema)" ***CID Working Paper (Documento de Trabalho do CID)* N.º 240, Junho de 2012.** https://www.cgdev.org/publication/escaping-capability-traps-through-problem-driven-iterative-adaptation-pdia-working-paper

3.ª Sessão: Liderança e Mudança

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Discutir a liderança como o elemento chave para o progresso da sociedade.
- Explorar como as estratégias de liderança eficazes ajudam a lidar com a adversidade.
- Realçar a importância da adaptabilidade para uma liderança eficaz.

Preâmbulo:
Uma combinação de desafios de segurança e desenvolvimento, actuais e emergentes, exige líderes de transformação que através da força da sua visão e personalidade possam inspirar seguidores a mudar expectativas, percepções e motivações que funcionem no sentido de objectivos comuns. A liderança estratégica tem a ver com a definição da agenda e não apenas com a reacção às diversas agendas, a identificação de problemas e o início de uma mudança que contribua para uma melhoria substancial em vez da gestão da mudança.[20] A liderança estratégica tem a ver com a antecipação de choques e de desastres. A sua capacidade de adaptação permite aos líderes estratégicos não apenas mudar mas, o que é mais importante, serem os catalisadores dessa mudança.

Para desencadear uma "mudança das regras do jogo" e consequentemente contar como um exemplo de uma mudança transformadora, os líderes tinham de ir para além da simples melhoria da eficácia do sistema existente.[21] Quando os líderes fortes confinam as suas actividades à implementação eficiente das regras do jogo existentes, isto constitui uma boa gestão e não uma boa liderança. Liderança exige que os líderes se apercebam que as regras do jogo existentes estão a impedir a realização integral de um determinado bem em desenvolvimento e que é necessário instituir um novo conjunto de regras e padrões de comportamento.[22] O líder precisa então de estabelecer uma visão para a mudança e embarcar num processo que possa facilitar aquela mudança.

A África necessita de um novo quadro de líderes que esteja ciente da forma como a política ou as relações internacionais funcionam, de modo a saberem o que fazer, como, quando e com quem. Para gerir com sucesso a mudança, um líder tem de demonstrar competências e ferramentas que incluam a formulação da estratégia (liderança discursiva) bem como uma implementação eficaz da estratégia. A liderança estratégica proporciona uma visão clara (liderança visionária) através da comunicação do meio e da direcção a longo prazo de uma instituição. Oferece os mecanismos através dos quais as organizações incentivam e apoiam a inovação e a criação de conhecimento. Para além disso, a liderança estratégica oferece uma visão do roteiro que permite que uma instituição se desenvolva e inove. Instila propósito nos subordinados para as funções que têm de desempenhar no cumprimento desta visão e incentiva-os a enfrentar novas situações e novos desafios através de respostas motivadas.

---

[20] Craig Pearce, "Follow the Leaders (Seguir os líderes)" MIT Sloan Management Review/ Wall Street Journal, B8, 12.
[21] Suda Perera, E. Houston Shearon, Paul Jackson e Heather Lyne de Ver, "What Enables or Disables Leadership for Transformational Change in Africa? (O que Possibilita ou Impede a Liderança para uma Mudança Transformadora em África?)" *Uongozi Institute Research Paper* 55, May 2018, pg. 3.
[22] Ibid.

Perguntas para Discussão:

- Porquê/como é importante a liderança para facilitar a mudança e o que significa 'liderança' no contexto africano?
- Como podemos estudar a liderança para a mudança transformadora em África?
- Onde é que a liderança facilitou a mudança, que factores levaram ao surgimento desta liderança?
- Que factores impedem os processos de liderança de realizarem completamente a mudança transformadora?

Leituras necessárias:

Suda Perera, E. Houston Shearon, Paul Jackson e Heather Lyne de Ver, "What Enables or Disables Leadership for Transformational Change in Africa? (O que Possibilita ou Impede a Liderança para uma Mudança Transformadora em África?)" *Uongozi Institute Research Paper* (Artigo de Investigação do Uongozi Institute) 55, Maio de 2018.
http://publications.dlprog.org/RP55.pdf

Sam Adeyemi, "Africa does not Need Charity, it Needs Good Leadership (A África Não Necessita de Caridade, Necessita de Boa Liderança" *Fórum Económico Mundial sobre África*, 4 de Maio de 2017.
https://www.weforum.org/agenda/2017/05/africa-doesn-t-need-charity-it-needs-good-leadership

Landry Signé, "Accountability, demand for democracy drive leadership change in Africa (Responsabilização, requer uma mudança na liderança orientada para a democracia em África" The HILL, 13 de Junho de 2018.
https://thehill.com/opinion/international/391671-accountability-demand-for-democracy-drive-leadership-changes-in-africa

4.ª Sessão: Governo Democrático do Sector da Segurança em África

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Definir o conceito e os elementos chave do governo democrático do sector da segurança.
- Descrever as normas, valores e princípios chave, bem como as estruturas, processos e procedimentos que sustentam as relações do sector da segurança-civil democrático.
- Partilhar histórias de sucesso e lições que possam ser pontos de referência e de orientação para a Reforma do Sector da Segurança.

Preâmbulo:

Um desafio chave para a maioria dos países africanos é como criar um ambiente seguro que seja conducente ao desenvolvimento, redução da pobreza, boa governação e, em particular, ao crescimento dos estados democráticos e das instituições com base no estado de direito. Graças ao apoio dos parceiros internacionais, a reforma do sector da segurança tem tentado criar instituições de segurança profissionais que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, da sociedade e do estado e que operam dentro do estado de direito e sob um controlo democrático eficaz.[23] O sector da segurança não pode ser visto como funcional se for deficiente em termos de uma governação adequada. Um sector da segurança pode ser considerado como disfuncional se não oferecer segurança ao estado nem ao seu povo de uma forma eficaz e eficiente ou, ainda pior, se se tornar a verdadeira causa da insegurança.

A governação e a regulação adequadas do sector da segurança requerem uma legislatura informada e activa, uma política governamental clara, enquadramento e leis, autoridades executivas civis eficazes e uma sociedade civil activa que mantenha o sector da segurança responsável, transparente e eficiente. Em geral, há quatro aspectos da governação democrática que são fundamentais para o sector da segurança, que são: a) a transparência; b) responsabilidade; c) o fundamento jurídico do sector da segurança; e d) a supervisão.[24] O objectivo último é garantir que as instituições de segurança (em particular, as forças armadas) sejam governadas de acordo com os princípios do controlo democrático e da responsabilidade. Porém, o maior desafio, é arquitectar formas de conciliar forças armadas suficientemente fortes para fazerem tudo o que os civis peçam com umas forças armadas subordinadas o suficiente para fazerem apenas o que os civis autorizam.[25]

Perguntas para Discussão:

- Porque nos devemos preocupar com o sector da segurança e porquê é que o seu governo é crítico?
- A quem devem as forças de segurança jurar lealdade? A um partido político, a uma pessoa, ou à Constituição? Porquê?

---

[23] Ibid.

[24] Consultar Nicole Ball e Kayode Fayemi, *Security Sector Governance in Africa: A Handbook (Governo do Sector da Segurança em África: Um Manual)*, pg. 4. http://www.ssronline.org/ssg_a/index4.cfm?id=16&p=16

[25] Consultar Feaver, Peter D. 1996. "The Civil-Military Problématique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control (A Problemática Civil-Militar: Huntington, Janowitz e a Questão do Controlo Civil)" *Armed Forces and Society*, vol. 23, n.º 2, págs. 149-178

- Que princípios, estruturas e processos são úteis para estabelecer relações do sector da segurança-civil democrático?
- Quais são as obrigações do sector da segurança/ forças armadas perante a sociedade? De igual modo, quais são as obrigações da sociedade e das autoridades civis perante o sector da segurança?

Leituras necessárias:

Oluwakemi Okenyondo, "Governance, Accountability and Security in Nigeria (Governação, Responsabilidade e Segurança na Nigéria)" Africa Security Brief, N.º 31, 21 de Junho de 2016. Disponível em francês e português.
https://africacenter.org/publication/governance-accountability-security-nigeria-html/

Mathurin C. Houngnikpo, "Africa's Militaries: A Missing Link in Democratic Transitions (As Forças Armadas em África: O Elo que Falta nas Transições Democráticas)" *Africa Security Brief* N.º 17, 31 de Janeiro de 2012. Disponível em francês e português.
https://africacenter.org/publication/africas-militaries-a-missing-link-in-democratic-transitions/

5.ª Sessão: Desenvolvimento da Estratégia de Segurança Nacional

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Compreender alguns elementos chave do processo de desenvolvimento da estratégia de segurança nacional.
- Discutir medidas práticas para o início, redacção e aprovação de uma estratégia de segurança nacional.
- Compreender como a estratégia de segurança nacional é adquirida e como a mesma define as responsabilidades para a sua implementação.
- Discutir os mecanismos e instituições para uma colaboração interagências, bem como para coordenação, harmonização processo de decisão no sector da segurança.

Preâmbulo:
Uma das funções essenciais de um estado nação é promover a segurança e a protecção dos seus cidadãos. Muitos estados africanos consagraram este compromisso na suas constituições. Porém, muitas vezes não conseguem mantê-lo na prática. Uma mudança no panorama da segurança e uma revolução na própria definição de segurança, exige uma reapreciação basilar do desenvolvimento da estratégia de segurança nacional. Os governantes têm de priorizar e gerir as ameaças à segurança no contexto deste novo paradigma. Para o cumprimento deste objectivo é essencial um processo de formulação bem concebido.

O conjunto dos interesses e valores nacionais únicos do estado constituirá o contorno da sua estratégia nacional. Porém, estes princípios nunca estagnam, porque a noção de segurança nacional continua a desenvolver-se. Não obstante, alguns advertem contra uma definição excessivamente vasta de segurança nacional. Deve também ter-se em atenção que política e estratégia são coisas distintas. Enquanto a política de segurança nacional expõe amplas prioridades no contexto de uma visão nacional, a estratégia descreve como, incluindo com que recursos, visa atingi-las. Diversos países estão em fases diferentes e estão a passar por experiências diferentes. Em última análise, cada país tem de seguir os 5 Ps, i.e., Pessoas, Processo, Prioridades, Produto e Parcerias.

Em termos de financiamento, a gestão de recursos tem implicações de grande alcance para a segurança nacional em África. Uma estratégia de segurança nacional eficaz estará alinhada com o orçamento para a segurança. Quando as despesas e as decisões de aquisição não se baseiam na estratégia, os escassos recursos podem ser desperdiçados em equipamento desnecessário e em empreendimentos inapropriados. Embora a assistência internacional seja bem-vinda esta não deverá ser nunca a fonte principal ou exclusiva de financiamento.

Uma estratégia de segurança nacional deve designar as funções e as responsabilidades das instituições encarregues da concretização dos objectivos. Deve determinar também os mecanismos para a coordenação das suas actividades e decisões. Sendo uma análise abrangente das ameaças à segurança nacional, um documento de estratégia de segurança nacional deve conter uma divisão clara do trabalho. Afinal, o processo de desenvolvimento da estratégia de segurança nacional oferece uma oportunidade para uma avaliação colectiva dos pontos fortes, dos pontos fracos, oportunidades e ameaças das instituições relevantes na abordagem dos desafios de segurança.

Perguntas para Discussão:

- Quão bem se encontram definidos os valores e os interesses no seu país?
- Vê alguma fundamentação lógica para conceber uma estratégia de segurança nacional para o seu país? Em caso afirmativo, qual seria o objectivo e o âmbito da cobertura do desenvolvimento da estratégia de segurança nacional?
- Como é que uma estratégia de segurança nacional/regional ajuda a alinhar os recursos com as ameaças à segurança?
- Como é que as funções e as responsabilidades são atribuídas às instituições de segurança e às agências no seu país/região? Há sobreposições nestas funções e responsabilidade e como é que as mesmas são resolvidas?

Leituras necessárias:

Cancian, M., Schaus, J., Shah, H. e Hopkins, A., 2017. *Formulating National Security Strategy: Past Experience and Future Choices (Formulação de uma Estratégia de Segurança Nacional: Experiência Passada e Escolhas Futuras)*. Washington: Center for Strategic and International Studies (Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais) (CSIS). https://www.csis.org/analysis/formulating-national-security-strategy

Caudle, S., 2009. "National Security Strategies: Security from what, for Whom, and by What Means (Estratégias de Segurança Nacional: Segurança de Quê, para Quem e Com Que Meios". *Journal of Homeland Security and Emergency Management* Vol. 6(1): 1-26. https://www.degruyter.com/view/j/jhsem.2009.6.1/jhsem.2009.6.1.1526/jhsem.2009.6.1.1526.xml

Estudos de Caso:

- Botsuana: English
- Burkina Faso: English | Français | Português
- Costa do Marfim: English | Français | Português
- Libéria: English | Français | Português
- Madagáscar: English | Français | Português
- Nigéria: English
- Senegal: English | Français | Português
- África do Sul: English
- Sudão do Sul: English | Français | Português

Módulo II: Abordagens Estratégicas

Como pensar estrategicamente, num ambiente volátil e incerto e deste modo promover uma liderança transformadora e que molda os resultados, continua a ser um desafio chave em África. Além disso, os líderes estratégicos defrontam-se frequentemente com problemas multifacetados que podem envolver dilemas éticos. De futuro, têm de ir para além do pensamento táctico e ter uma abordagem mais ampla e a longo prazo para encontrar soluções. Para uma eficácia de curto prazo e sucesso a longo prazo, a liderança estratégica assenta nos processos estratégicos e nas abordagens estratégicas: Os processos estratégicos são a força motriz para a mudança numa instituição ,enquanto as abordagens estratégicas são a forma como as estratégias criadas através de processos estratégicos são postas em prática.[26]

Tendo em conta a coerência das estruturas, os processos e os métodos de gestão, o líder estratégico tem de exibir comportamentos e formas de fazer as coisas que estejam de acordo com os valores essenciais e as orientações estratégicas nacionais. Entre outras coisas, tem de assegurar que a alocação de recursos financeiros e humanos a todos os níveis da instituição apoia os valores e as orientações estratégicas. A abordagem estratégica à resolução de dificuldades chave também requer um método interagência para a gestão dos desafios de segurança de modo a promover uma definição de uma posição nacional consolidada durante o processo de planeamento estratégico.

Consequentemente, os estados africanos têm de ter mecanismos interagência que sejam relativamente eficazes e que funcionem bem para a gestão dos desafios de segurança. Necessitaremos de instrumentos que, em geral, se baseiem em métodos de análise de risco, organização de emergência para dar resposta à crise e medidas de gestão das consequências. Será necessário um quadro metodológico interdepartamental para desenvolver e implementar uma estratégia coerente que combine todas as actividades militares, diplomáticas e de desenvolvimento para abordar os desafios de segurança.

Através deste módulo, veremos que as ameaças à segurança com que os países africanos se defrontam e com as quais os seus sectores de segurança têm de lidar, abarcam um espectro desde os conflitos civis internos e os conflitos armados causados pelas lutas pelos limitados recursos nacionais ou pelo poder, à luta árdua pela democracia, ao contrabando internacional de narcóticos e humanos até ao extremismo radical violento que pode potencialmente levar a actividade terrorista. O âmbito das ameaças à segurança em África é, em si mesmo, um grande desafio. Consequentemente, as respostas dos estados africanos aos desafios actuais e emergentes , sejam de natureza civil ou militar, assentam desproporcionadamente no nível de preparação dos seus sectores de segurança. É, por conseguinte, extremamente importante, que os líderes do sector da segurança africanos se concentrem no compromisso renovado de antecipação, planeamento, resposta e gestão destes desafios.

A menos que os líderes africanos lidem com as ameaças à segurança, com que o seu continente se defronta, de uma perspectiva estratégica, não há grande probabilidade de terem sucesso. Embora seja difícil desenvolver uma abordagem estratégica aos desafios de segurança, o resultado demonstra, muitas vezes, a diferença entre um líder médio e um líder excepcional. No final, a liderança estratégica só pode ser alcançada quando o líder é estratégico na sua abordagem aos diversos desafios com que a nação se defronta.

[26] Cf. Matthew Lynch, "Elements of Strategic Leadership (Elementos da Liderança Estratégica)" 11 Abr 2016; https://www.theedadvocate.org/elements-of-strategic-leadership/

6.ª Sessão: Tendências de Conflito

Formato: Sessão Plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Explorar a tipologia dos conflitos violentos em África.
- Analisar as implicações estratégicas das tendências do conflito em África.

Preâmbulo:
Embora a violência esteja globalmente a diminuir em África e a tendência seja mais pronunciada quando contabilizamos o número de mortos relativamente à dimensão da população.[27] A diminuição do número de mortos resultante dos conflitos tradicionais é compensado por um aumento perceptível dos conflitos violentos associados aos conflitos internos. Uma parte significativa desta violência está relacionada com uma fraca governação em que os estados são os ilustres perpetradores.[28]

Além disso, uma parte significativa dos conflitos violentos são sub-regionais, de que são exemplo os grupos Boko Haram e Al Shabaab. O conflito em África está também a tornar-se mais complexo já que os números dos protagonistas do conflito aumentou. Os grupos rebeldes (e extremistas) são mais numerosos e frequentemente dividem-se em agrupamentos adicionais. O elo entre o crime organizado transitório e o terrorismo também parece estar a tornar-se mais forte, como grupos como o Boko Haram e o Al Shabaab a desenvolverem alianças com o ISIS e o Al Shabaab.

Perguntas para Discussão:

- Que tipo de conflitos afetam mais o vosso país/subregião?
- Quais são os impactos de conflito no vosso país/subregião/continente?
- Quais são as relações entre o conflito e os problemas socioeconómicos e políticos?

Leituras necessárias:
Ingrid Vik Bakken e Siri Aas Rustad, "Conflict Trends in Africa, 1989-2017 (Tendências do Conflito em África, 1989-2017)" *PRIO Conflict Trends* 06, 2018.
https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Conflict%20Trends%20in%20Africa%2C%201946%E2%80%932017%2C%20Conflict%20Trends%20Report.pdf

Raymond Gilpin, "Understanding the Nature and Origins of Violent Conflict in Africa (Compreender a Natureza e as Origens dos Conflitos Violentos em África)" em *Minding the Gap: African Conflict Management in a Time of Change* de P. Aall e C. Crocker, 2016.

[27] Jakkie Cilliers, "Violence in Africa: Trends, Drivers and Prospects to 2023 (Violência em África: Tendências, Promotores e Perspectivas)" *Africa Report* 12 de Agosto de 2018, pg. 3.
[28] Ibid.

7.ª Sessão: Tendências de Democratização

Formato: Sessão Plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Examinar o progresso que os países africanos fizeram e os desafios e oportunidades chave com que se defrontam no processo para alcançar um governo representativo e democrático.
- Discutir os principais desafios da sucessão política constitucional, golpes militares, clientelismo e corrupção, e as tensões étnicas e religiosas na medida em que se relacionem com o desempenho do governo.
- Explorar a relação entre os desenvolvimentos políticos, as tendências do governo e a segurança em África.

Preâmbulo:
O estado da democracia em África é provavelmente uma das questões mais controversas e difíceis com que o continente se defronta hoje em dia. Embora muitos países estejam a fazer um progresso óbvio para melhorar as relações estado-sociedade, outros parecem estar a regredir. As tendências negativas estão a ser reforçadas pelas tendências globais na direção do nacionalismo e do autoritarismo. Se a democracia pode ser concebida para melhor se ajustar às realidades africanas, continua a ser a questão chave que os académicos, investigadores e os comentadores da comunicação social continuam a ter dificuldade de responder.[29]

Embora haja avanços na democratização, há igualmente um 'decréscimo democrático' e o entrincheiramento da autocracia, embora sob a forma de eleitoralismo em contextos multipartidários. Embora seja importante reconhecer as realizações das histórias de sucesso do continente, é também crucial reconhecer a forma como as eleições incentivaram a corrupção e as tensões étnicas exacerbadas.[30]

O relatório *Liberdade no Mundo*[31] *de 2018* identificou três tendências chave que têm amplas implicações para a trajectória democrática do continente:

Tendência N.º 1 - As Regiões estão a afastar-se.
Tendência N.º 2 - ***Os países com populações em rápido crescimento tendem a ser mais autocráticos.***
Tendência N.º 3 - ***Os países que enfraqueceram os limites dos mandatos presidenciais estão a tornar-se mais autoritários.***

Embora África esteja a tender na direção de uma mudança para uma liderança bem sucedida, os revezes persistem. Nem todas as transições têm sido suaves, nem livres e justas. Além disso, uma

[29] Consultar Nic Cheeseman, "How to Design more Stable Democracies that better Fit African Realities (Como Conceber Democracias mais Estáveis que melhor se Adequém às Realidades Africanas)" The Conversation, 24 de Julho de 2015; Disponível em https://theconversation.com/how-to-design-more-stable-democracies-that-better-fit-african-realities-45057
[3030] Ibid.
[31] Consultar Freedom House, *Liberdade no Mundo em 2018: Democracia em Crise*, Washington, DC, 2019.

mudança de liderança não é necessariamente um sinal da qualidade da democracia de um país.[32] Em geral revela-se uma imagem de complexidade e de tendências contraditórias, uma imagem na qual é difícil estabelecer padrões claros e definidos.

Perguntas para Discussão:

- Quais são os desafios chave para uma defesa da democracia em África?
- Que medidas práticas podem ser tomadas pelos países africanos para defender a democracia e os benefícios que decorrem da mesma?
- Como é que os líderes africanos têm melhorado ou inibido a democracia e o desenvolvimento do seu continente?
- Que factores, tanto endógenos como exógenos, explicam os desafios da democratização de África?

Leituras necessárias:

Richard Joseph, "Dilemmas of Democracy and State Power in Africa (Dilemas da Democracia e o Poder do Estado em África)" *Brookings Op-Ed*, 7 de Janeiro de 2016.
https://www.brookings.edu/opinions/dilemmas-of-democracy-and-state-power-in-africa/
Emmanuel Gyimah-Boadi, "Africa's Waning Democratic Commitment (Declínio do Compromisso Democrático em África)" Journal of Democracy 26/1 (2015), 101-113.
http://muse.jhu.edu/article/565642

[32] Consultar https://www.brookings.edu/opinions/accountability-and-demand-for-democracy-drive-leadership-changes-in-africa/

8.ª Sessão Plenária: Crime Transnacional

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Descrever as redes criminosas transnacionais que operam em África.
- Explicar as implicações para a governação, estabilidade e desenvolvimento económico.
- Avaliar os esforços recentes para contenção das redes criminosas transnacionais em África.

Preâmbulo:
A actividade criminosa transnacional, é no seu âmago, um negócio lucrativo. É irresistivelmente motivada pelos ganhos financeiros e pela procura de oportunidades que proporcionam lucros elevados e riscos/custos baixos. Os criminosos obtém não só um benefício financeiro do rendimento ilícito, como também usam as receitas para sustentarem operações e financiar outras actividades criminosas, sendo que todas são uma ameaça para as nações individualmente e para a comunidade internacional.[33] Devido à sua capacidade de adaptação, os grupos criminosos organizados são rápidos na adopção de novas tecnologias, transferindo operações online ou usando moeda digital online, que lhes permite maximizar os lucros, bem como manterem-se um passo à frente dos agentes das forças da lei.[34]

Em vez de constituir uma bênção, o rápido desenvolvimento tecnológico de África, incluindo a sua indústria de e-commerce e as tecnologias móveis, tem gerado uma proliferação do cibercrime e das actividades ilícitas online. Aproveitando a fraca infra-estrutura de TI do continente, as redes criminosas estão a conceber ameaças como ransomware, novo malware e burlas através das redes sociais para alcançarem os seus objectivos. O roubo de identidade online é também um fenómeno em ascensão, com a ameaça de terroristas a comprarem documentos falsificados como parte de "pacotes" vendidos online para entrada noutros países.[35] Além disso, os traficantes estão também a diversificar e a interligar as actividades, incluindo tráfico de droga, tráfico de pessoas, tráfico de armas, crimes relacionados com a vida selvagem, derrube ilegal de árvores, tráfico de artefactos culturais, bem como de medicamentos falsificados. Infelizmente, **o tráfico trans-regional ilícito está a alimentar uma maior insegurança e instabilidade através de África.**

Perguntas para Discussão:

- De que formas as ameaças transnacionais subvertem a segurança em África?
- Há uma relação causal entre as ameaças transnacionais e um governo fraco?
- Quão eficazes foram os esforços recentes para a resolução de ameaças transnacionais em África?
- Que medidas práticas devem ser tomadas para resolver estas ameaças no futuro?

Leituras Recomendadas:

---

[33] Consultar Global Financial Integrity, *Transnational Crime and the Developing World (Crime Transnacional e o Mundo em Vias de Desenvolvimento)*, Março de 2017, pg. 1
[34] Ibid.
[35] Maritime Executive, "China Dismantles Major Ivory Trafficking Syndicate (China Desmantela Grande Sindicato de Tráfico de Marfim)" Texas A&M University, 14 de Janeiro de 2019; https://www.maritime-executive.com/article/china-dismantles-major-ivory-trafficking-syndicate

Centro de Estudos Estratégicos Africanos "The Illicit Superhighway: Transnational Organized Crime in Africa? (A Auto-estrada Ilícita: Crime Organizado Transnacional em África?)" *Spotlight*, 22 de Maio de 2017. http://africacenter.org/spotlight/the-illicit-superhighway-transnational-organized-crime-in-africa/

Eric Tamarkin, "The AU's Cybercrime response: A positive start, but substantial challenges ahead (A resposta da UA ao Cibercrime: Um Início Positivo, mas há desafios substanciais no caminho)" *ISS Policy Brief*, Janeiro de 2015. https://issafrica.org/research/policy-brief/the-aus-cybercrime-response-a-positive-start-but-substantial-challenges-ahead#

9.ª Sessão: Extremismo Violento

Formato: Sessão Plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Fazer o levantamento das diferentes organizações extremistas violentas que operam em África.
- Avaliar as abordagens nacionais e regionais para fazer frente ao extremismo violento.

Preâmbulo:
O crime organizado transnacional e o extremismo violento estão cada vez mais interligados. Criminosos, terroristas e rebeldes armados estão a lucrar da mesma forma do crime e, através das rotas e redes de tráfico ilícito, estão a deslocar pessoas e produtos, criando linhas de fractura de uma região para a seguinte através de África.

Não é despropositado dizer que o aumento do terrorismo e do extremismo violento em África têm exacerbado as tensões políticas, económicas e sociais existentes. Também tem ampliado e alargado os conflitos violentos a nível nacional e regional.[36] Entre outros motores estão factores sociais, políticos e económicos. Estes factores estão interligados e reforçam-se colectivamente. Alguns destes grupos também se escondem por trás da religião para conduzirem actividades lucrativas ilícitas.

As nações africanas e os seus parceiros internacionais têm ligado cada vez mais os esforços do contraterrorismo (CT) tradicional com medidas preventivas mais recentes que visam principalmente minar a capacidade dos VEO de encontrar apoio e recrutas nas populações vizinhas. Em particular, o Centro Africano de Estudos e Investigação contra o Terrorismo (ACSRT), procura servir como ponto central para a partilha de práticas sólidas, análises relevantes em termos políticos e criação de capacidade através de um conjunto de seminários e programas de formação.[37]

Perguntas para Discussão:

- Que VEOs estão a operar no seu país e região? Como é que estas organizações têm afectado o ambiente de segurança em que trabalha?
- Como é que os esforços do CVE devem ser combinados com os esforços do CT tradicional para produzirem o maior efeito no seu país ou região?
- Que medidas concretas e práticas podem tomar as nações africanas, trabalhando a nível nacional, regional e internacional, para melhor combater os VEO no continente?

Leituras necessárias:

Marisha Ramdeen, "Countering Terrorism and Violent Extremism in Africa (Combater o Terrorismo e o Extremismo Violento em África)" *Conflict Trends* 2017/2, 21 de Julho de 2017.
https://www.accord.org.za/conflict-trends/countering-terrorism-violent-extremism-africa/

[36] Ver Marisha Ramdeen, "Countering Terrorism and Violent Extremism in Africa (Combater o Terrorismo e o Extremismo Violento em África)" *Conflict Trends* 2017/2, 27 de Julho de 2017.
[37] Consultar http://www.peaceau.org/en/page/2-3591-static-about-african-centre-for-study-and-research-on-terrorism-ACSRT.

Cilliers, Jakkie. "Violent Islamist Extremism and Terror in Africa (Extremismo Islâmico Violento e o Terror em África)." *Artigo do Instituto de Estudos de Segurança* 286 (2015).

10.ª Sessão: Segurança Marítima

Formato: Sessão Plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Explorar a proteção marítima e a segurança em África:
- Avaliar os acordos de cooperação existentes para salvaguardar os interesses marítimos em África.

Preâmbulo:
O domínio marítimo africano constitui uma dimensão estratégica essencial para o continente e para a comunidade internacional. Os recursos e as actividades no âmbito do domínio marítimo africano, pescas, minerais, hidrocarbonetos, turismo e comércio, desempenham um papel chave nas economias dos estados costeiros e constituem uma base importante para a prosperidade de África. A capacidade dos estados africanos para governarem os seus domínios marítimos e explorar e gerir os seus recursos de forma sustentável determinará a sua capacidade para oferecer um conjunto de benefícios aos seus cidadãos, melhorar o seu fornecimento de segurança e desenvolvimento e contribuir eficazmente para a segurança e prosperidade global. Para alcançar isto, os estados africanos têm de continuar a trabalhar a nível nacional, de zona, regional, inter-regional e continental para resolver todo um espectro de preocupações no espaço marítimo incluindo a pirataria e os roubos à mão armada no mar; pesca ilegal, não reportada e não regulada (IUU); tráfico ilegal de pessoas, drogas, armas, bens contrafeitos, património cultural e contrabando; roubo de petróleo, combustível e outros recursos, contrabando, adulteração e fraude; ameaças a navios, instalações offshore e portos; e questões relacionadas com a segurança da navegação (levantamentos hidrográficos, busca e salvamento), poluição marítima e criação de capacidade em geral.

Pirataria e Roubo à Mão Armada no Mar
Embora a ameaça tenha sido afastada da Somália durante quase cinco anos, e as modalidades e a frequência dos ataques no Golfo da Guiné tenham mudado, o risco de Pirataria e dos ataques à mão armada em navios comerciais está mais presente que nunca. A instabilidade causada pelo conflito no Iémen resultou em ataques ideológicos aos navios com determinadas bandeiras, o uso de sistemas submarinos não tripulados para danificar navios e o envolvimento terrorista nas actividades de pirataria.

Pescas
A pesca ilegal, não reportada e não regulada ameaça as pescas africanas, uma fonte vital de alimentação e trabalho para milhões de africanos. Alguns estimam que as colónias de pesca em África serão dizimadas em quarenta anos, enquanto outros projectam a duplicação da população em África no mesmo período. Sem medidas de colaboração, cooperação e coordenação drásticas, a diminuição dos recursos de pesca e o crescimento da população resultará numa insegurança alimentar com efeitos concomitantes na segurança.

Roubo de Petróleo Bruto
O roubo de petróleo bruto é uma operação muito organizada e bem financiada que priva os países produtores de petróleo do muito necessário fluxo de receitas e destabiliza as comunidades locais.

Isto acontece frequentemente com a cumplicidade da polícia e das forças armadas que viram a cara a estas actividades iníquas dos piratas ou de abastecimento de petróleo.[38]

Se a segurança marítima for a proteção de ameaças à liberdade ou à ordem pública no mar, África, apesar dos seus esforços, ainda não conseguir lidar de forma eficiente com a prevenção de danos intencionais nos seus mares.

Perguntas para Discussão:

- Quais são os interesses marítimos africanos regionais, continentais e internacionais e como é que estes se cruzam com as considerações globais?
- Como é que os países africanos podem melhorar a sua colaboração, cooperação e coordenação através dos mecanismos e iniciativas existentes? Como é que os EUA podem apoiar melhor estes esforços?
- Como é que os estados africanos adaptam o nexo segurança-governação-desenvolvimento no espaço marítimo, para proteger as águas contra ameaças externas e proteger o domínio marítimo para o melhoramento da vida em terra?

Leituras necessárias:

Ian Ralby, "Trends in African Maritime Security (Tendências na Segurança Marítima Africana)" ACSS *Spotlight* 15 de Março de 2019.
https://africacenter.org/spotlight/trends-in-african-maritime-security/

André Standing, "La Criminalité dans la Pêche Commerciale en Afrique: Une Menace pour la Sécurité Humaine (A Criminalidade na Pesca Comercial em África: Uma Ameaça para a Segurança Humana)" *Bulletin de la Sécurité Africaine* N.º 33 5 de Dezembro de 2017
https://africacenter.org/fr/publication/criminalite-peche-commerciale-afrique-menace-securite-humaine/; Disponível em inglês e português.

[38] Consultar Marine Guide Blog, "Solutions to Piracy and Oil Bunkering in Nigeria Waters (Soluções para a Pirataria e o Abastecimento de Petróleo nas Águas Nigerianas)" 2 de Maio de 2018; https://marineandoffshoreinsight.com/solutions-to-piracy-and-oil-bunkering-in-nigeria-waters/

11.ª Sessão: Abordagens Regionais

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Discute como as estratégias e iniciativas de segurança regional podem melhorar os resultados da segurança através do continente.
- Explora o papel da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais.

Preâmbulo:
Para um continente onde "é necessário uma aldeia para criar uma criança" e em que comunidades se juntam para combater a resolução dos seus conflitos, não deve surpreender ninguém que África esteja a adoptar abordagens regionais ao conflito.[39] A natureza e complexidade dos conflitos em África pedem abordagens regionais. Porém, as abordagens regionais devem complementar e não substituir as abordagens nacionais e globais à gestão do conflito e à dinâmica entre a Arquitectura da Paz e Segurança Africanas (APSA) e as comunidades económicas regionais (RECs) reflectem isso.[40]

Embora desejável, o impacto das abordagens regionais tem sido mista. Uma das razões é a fraca capacidade institucional na UA e das REC. Isto decorre de mandatos pouco claros, recursos inadequados e constrangimentos da capacidade humana. Adicionalmente, as abordagens regionais em África sofrem de percepções internacionais negativas relativamente à legitimidade, governação e eficácia. Estas percepções negativas minam o apoio internacional.

Apesar dos desafios, muitos crêem que apenas as abordagens regionais podem melhorar a capacidade dos países africanos de alcançar os seus objectivos de paz e segurança e a APSA é uma plataforma útil para esse objectivo.

Perguntas para Discussão:

- Porque é que as abordagens regionais são mais apropriadas para o cenário de segurança africano?
- Quão bem estão a funcionar as abordagens regionais no continente?
- Que papel deveria desempenhar a UA no desenvolvimento das Brigadas Regionais da ASF?
- Para além dos constrangimentos de recursos, quais os maiores obstáculos com que a PSC se confronta para que o conceito da ASF se torne totalmente funcional?

Leitura necessária:
Jan Vanheukelom e Sophie Desmidt, "Regional Peace Architecture in Africa: A Reality Check (Arquitectura da Paz Regional em África: Um Choque de Realidade)" *European Centre for Development Policy Management Discussion Paper* N.º 249, Março de 2019.
https://ecdpm.org/wp-content/uploads/DP-249-Regional-peace-architectures-in-Africa-A-reality-check.pdf

[39] Consultar IPA, "Regional Approaches to Conflict Management in Africa (Abordagens Regionais à Gestão do Conflito em África)" *IPA Seminar Report (Relatório do Seminário do IPA)*, Agosto de 2001, pg. 2.
[40] Ibid.

12.ª Sessão: A Arquitectura de Paz e Segurança Africana

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Explorar o roteiro da APSA 2016-2020.
- Fazer uma descrição geral dos desafios e oportunidades das respostas regionais e sub-regionais às questões de segurança.

Preâmbulo

O aspecto crítico que apela à maioria dos africanos, no campo da salvaguarda da paz e segurança, continua a ser a questão de quão longe a organização pan-africana (a União Africana UA), que pretende liderar o continente na direcção da prosperidade da paz e segurança para as quais as suas potencialidades de recursos humanos e materiais a predispõem, pode assegurar a realização das suas ambições. África é, provavelmente, uma das regiões do mundo em que as questões de segurança são não apenas um obstáculo ao desenvolvimento mas também e acima de tudo uma ameaça à desestabilização ou à falência de certos estados. Para além desta violência política, os crimes transnacionais desde o tráfico de droga ao tráfico de armas, aos fluxos financeiros ilegais (conforme discutido em sessões anteriores), ameaçam o continente e colocam pressão nos estados.

Para a União Africana, a tarefa de salvaguardar a paz e a segurança é uma tarefa essencial, idealmente para se encarregarem de múltiplos conflitos que proliferam no solo do continente e assumir operações apropriadas de paz e segurança em África; ou, pelo menos, participar de forma eficaz, conjuntamente com o Conselho de Segurança da ONU, na gestão destas crises. Assim, desde a criação da União Africana em 2002, os Estados têm assistido à proliferação de crises que impedem o progresso de África e que constituem uma grande preocupação, na medida em que, o princípio da não interferência privilegiado pela OUA tem permitido a "não-indiferença" adoptada pela UA.

Tendo admitido que a cooperação sub-regional e regional é um factor vital para o desenvolvimento político, económico e social do continente, a UA tem, desde 2002, concebido e promulgado um sistema complexo e abrangente na sua Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA), envolvendo a própria instituição continental (UA), os estados membros, as comunidades económicas regionais (RECS), a sociedade civil e os parceiros internacionais para responder aos desafios de segurança no continente.

Através da APSA, os líderes africanos vêem na criação desta arquitectura um desejo de conferir poderes aos mecanismos africanos para salvaguardar a paz e segurança e constitui uma oportunidade para melhor multiplicar estes mecanismos para dar resposta aos muitos riscos e ameaças. Essencialmente, esta arquitectura baseia-se num órgão de decisão (o Conselho para a Paz e Segurança); em mecanismos de análise e avaliação (o Sistema Continental de Pré-Aviso e o Conselho de Anciãos) e, finalmente, num instrumento de acção (a Força de Reserva Africana).

De modo a contribuir substancialmente para alcançar os objectivos da iniciativa da UA sobre o "Silencing of the Guns: Pre-requisites for realizing a conflict-free Africa by the year 2020 (Silenciamento das armas: Pré-requisitos para concretizar uma África livre de conflitos até ao ano

2020) ", o "Roteiro da APSA 2016-2020," tornou-se o documento estratégico, que se baseia nas realizações e desafios resultantes da implementação do Roteiro APSA anterior (2011-2013).[41]

O continente africano está a desenvolver esforços para organizar, conceber e intensificar o apoio político para a sua arquitectura de paz e segurança. Os passos dados pela nova União Africana são muito mais eficazes que aqueles que se encontravam à disposição da antiga OUA, os progressos e avanços são tangíveis e palpáveis; mas a UA tem de redobrar os seus esforços para melhorar a concepção das estruturas continentais e regionais desta arquitectura.

Perguntas para Discussão:

- Que diferença faz a transformação da OUA em UA em termos de prevenção, gestão e resolução dos conflitos?
- A APSA está à altura das suas missões?
- Quais são os pontos de vista sobre a posição da UA de não indiferença por oposição à não interferência da OUA nos assuntos internos dos estados-membros?
- Como é que África se está a dar com o conceito "soluções africanas para problemas africanos?"

Leituras necessárias:

Yann Bedzigui, "Enhancing AU responses to Instability: Linking AGA and APSA (Melhorar as respostas da UA à Instabilidade: Ligar a AGA à APSA)" *ISS Policy Brief*, 1 de Janeiro de 2018. https://issafrica.org/research/policy-brief/enhancing-au-responses-to-instability-linking-aga-and-apsa

Disponível em francês: https://issafrica.org/fr/recherches/note-danalyse/lunion-africaine-face-aux-defis-conjoints-de-securite-et-gouvernance

União Africana, *Arquitectura de Paz e Segurança Africana. Roteiro da APSA 2016 – 2020*, Abril de 2016, pgs. 1-22 (disponível em francês)

Pedro Ecosteguy, "Capítulo II – A União Africana e a nova Arquitetura Africana de paz e segurança, em A *Nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança: Implicações para o Multilateralismo e para as Relações do Brasíl com a Africa."* Fundação Alexandre de Gusmão (Brasília, Brasíl, 2011).

[41] Consultar UA, "Main Successes of the AU in Peace and Security, Challenges and Mitigations Measures in Place (Principais Sucessos da UA na Paz e Segurança, Desafios e Medidas de Mitigação em vigor)" *AU Press Release*, 27 de Janeiro de 2017; https://au.int/en/pressreleases/20170127/main-successes-au-peace-and-security-challenges-and-mitigation-measures-place

13.ª Sessão: Subsidiariedade e Organizações Regionais

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Discutir a subsidiariedade como princípio de governação.
- Explorar as suas vantagens e desvantagens no contexto africano.
- Discutir as Comunidades Económicas Regionais.

Preâmbulo:
O princípio da subsidiariedade assenta na ideia condutora de que as funções públicas devem ser exercidas tão próximo, quanto possível, do cidadão. Apenas se a autoridade 'mais próxima' não estiver em posição de cumprir uma função ou de o fazer eficazmente será esta função alocada a um nível de governo 'superior'. A subsidiariedade assume que as autoridades 'mais próximas' estão melhor preparadas para dar resposta a determinadas exigências sociais derivadas da sua comunidade.[42] A subsidiariedade cumpre duas tarefas fundamentais: primeiro, para evitar que as decisões sejam restringidas a um nível único do governo e segundo, para garantir que as políticas sejam decididas e implementadas ao nível mais apropriado.[43] No contexto africano, a mediação dos conflitos deve ser, por conseguinte, apoiada directamente e, quando apropriado, liderada pelas Comunidades Económicas Regionais (RECs).

Como princípio, a "subsidiariedade ajuda a determinar formas de organizar a divisão do trabalho em hierarquias sobrepostas ou assimétricas. Por si mesma, a subsidiariedade não é suficiente para o fazer. Em vez disso, está frequentemente associada a diversos outros princípios que se apoiam mutuamente".[44] Apesar do princípio da subsidiariedade, a análise da situação no terreno revela certas deficiências que ainda podem impedir a apropriação por África dos seus mecanismos para a salvaguarda da paz e da segurança no continente. As desigualdades entre os recursos disponibilizados às RECs e as disparidades entre elas, particularmente a nível económico e militar, afectaram o nível de operacionalidade das Brigadas Regionais da Força de Reserva Africana. O grau de preparação e o ritmo do avanço são assim feitos a diferentes velocidades. Estas diferenças, em termos de desenvolvimento, de uma região para outra e, por conseguinte, de uma Brigada Regional para outra, dificultam a inter-operacionalidade das forças, a fase derradeira da operacionalidade.

A relação entre o Conselho de Paz e Segurança (PSC) e as brigadas das comunidades económicas regionais continua a ser delicada. Partindo do protocolo do PSC que define esta interacção, é uma relação de parceria e cooperação entre iguais sem estruturas ou decisões hierárquicas apesar da disposição da alínea iii do artigo IV, do supramencionado protocolo, que sugere timidamente uma certa primazia da União Africana sobre as comunidades regionais em termos de paz e segurança. Outros artigos, porém, dão a impressão de uma falta de hierarquia entre a União

[42] Consultar Carlo Panara, "The Principle of Subsidiarity (O Princípio da Subsidiariedade)" e The sub-national dimension of the EU: A legal study of multilevel Governance (A dimensão sub-nacional da UE: Um estudo jurídico da Governação multinível), 2015, (pgs. 79-125).
[43] Consultar Law Explorer, "The Principle of Subsidiarity (O Princípio da Subsidiariedade)" 07 de Novembro de 2016; https://lawexplores.com/the-principle-of-subsidiarity/
[44] Ibid., p. 7.

Africana e os seus parceiros regionais. Como é o caso da alínea iv do mesmo artigo, que torna a subsidiariedade, complementaridade e as vantagens comparativas dos conceitos orientadores da relação:
"Respeito pelos princípios da subsidiariedade, complementaridade, bem como as respectivas vantagens comparativas das Partes, de modo a optimizar a parceria entre a União, as RECs e os Mecanismos de Coordenação na promoção e manutenção da paz, segurança e estabilidade".[45]

Estabelecidas ao abrigo do Tratado de Abuja em 1991, as RECs foram encarregues de facilitar a integração económica regional entre os membros de cada uma das regiões e através da Comunidade Económica Africana mais vasta (AEC). Confrontada com conflitos de todas as espécies, as RECS estão cada vez mais envolvidas na coordenação dos Estados-Membros da UA em áreas mais vastas como a paz e a segurança, o desenvolvimento e a governação.[46]

A UA reconhece actualmente oito RECs:

- União do Magreb Árabe (UMA)
- Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)
- Comunidade dos Estados do Sahel–Saara (CEN–SAD)
- Comunidade da África Oriental (EAC)
- Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS)
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)
- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)
- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).[47]

Cada REC era responsável pelo estabelecimento de uma brigada de reserva, um entreposto logístico militar e um ou mais centros de treino. Para além desta, brigada de reserva, espera-se que cada REC tenha instalações de planeamento permanentes, um quartel general de quadros a partir do qual a brigada é reunida. Embora tenha havido algum progresso a nível regional, a UA foi forçada a criar em 2013 a "Capacidade Africana de Resposta Imediata à Crise" (AICRC), como alternativa estratégica temporária à Força de Reserva Africana, que ainda não se encontrava operacional. Estão actualmente em curso esforços renovados para operacionalizar as brigadas regionais e a Força de Reserva Africana.

Perguntas para Discussão:

- Como é que a subsidiariedade ajuda a organizar a divisão do trabalho em hierarquias sobrepostas ou assimétricas?
- Quais são os desafios chave que a UA e as RECS enfrentam no desempenho das suas funções?
- As filiações múltiplas e sobrepostas ajudam ou prejudicam as RECs no cumprimento das suas missões?

Leituras necessárias:

Yann Bedzigui, "AU Summit 30: Clearer Lines Are Needed between the AU and RECs (30ª Cimeira da UA: São Necessárias Linhas de definição mais Claras entre a UA e as RECs)" ISS Today, 22 de Janeiro de 2018.
https://issafrica.org/iss-today/au-summit-30-clearer-lines-are-needed-between-the-au-and-recs

[45] Consultar a Alínea iv do Artigo 4 do Protocolo do PSC.
[46] Ibid.
[47] Ibid.

Siphamandla Zondi, "African Union Approaches to Peacebuilding (As abordagens da União Africana para o Estabelecimento da Paz " *AJCR* 2017/1, 12 de Setembro de 2017. https://www.accord.org.za/ajcr-issues/african-union-approaches-peacebuilding

14.ª Sessão: A ONU e o A3

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Fazer um resumo dos antecedentes do Conselho de Segurança da ONU.
- Analisar o papel do Grupo Africano ou A3.

Preâmbulo:
Na sua visão de um continente livre, pacífico e próspero dirigido pelos seus povos, a União Africana (UA) tem forjado diversas parcerias ao longo dos anos. Uma parceria chave visível é a que tem com as Nações Unidas no âmbito da paz e segurança. No cumprimento do seu mandato, e conforme previsto no Protocolo PSC, o PSC tem estabelecido laços com o Conselho de Segurança da ONU, que tem como responsabilidade principal a manutenção da paz e da segurança internacionais.[48] A União Africana e as Nações Unidas comprometeram-se a melhorar a colaboração, cooperação e coordenação na busca de soluções sustentáveis para os desafios presentes e futuros, com base nos princípios da complementaridade, vantagem comparativa, partilha dos custos e responsabilidade colectiva para responder precocemente, de forma coerente e decisiva de modo a evitar, gerir e resolver os conflitos.[49]

A relação ONU-UA vem de há muito quando a então Organização de Unidade Africana (OUA) foi convidada a participar nas sessões da ONU com o estatuto de observador em 1965. Três anos mais tarde, a OUA tornou o seu estatuto permanente com a abertura de um escritório em Nova Iorque em 1968. Na sua busca para afirmar a sua posição como um grupo unificador para os estados africanos na ONU, a OUA criou um escritório para funcionar como secretariado do Grupo Africano.[50] Este escritório tornou-se a Missão Observadora da União Africana cujas actividades abarcam a paz e a segurança, assuntos políticos, económicos e sociais.

Em 2010 o Secretário-Geral da ONU e o Presidente da Comissão da UA (CUA) estabeleceu a Task Force Conjunta sobre Paz e Segurança, composta por funcionários superiores que se reúnem semestralmente, para promover a coordenação sobre os assuntos estratégicos que constituem uma preocupação comum.[51] Um desenvolvimento significativo foi o estabelecimento do Escritório da ONU para a União Africana (UNOAU), sedeado em Adis Abeba e chefiado por um funcionário da ONU com o estatuto de Subsecretário-Geral. Em 2014 o UNOAU e o Departamento de Paz e Segurança da UA prepararam Estrutura-Quadro Conjunto ONU-UA para uma Parceria Melhorada para a Paz e Segurança (ONU-UA 2014). A Estrutura-Quadro é um documento operacional que visa tornar a parceria mais sistemática, eficaz e orientada para os

[48] Cf. UA, "Report of the Chairperson of the Commission on African Union-United Nations Partnership: The Need for Greater Coherence (Relatório do Presidente da Comissão sobre a Parceria União Africana - Nações Unidas: A Necessidade de uma Maior Coerência)" PSC/AHG/3 (CCCXCVII), Set 2013, p. 1.
[49] Cf. UA, "Greater Collaboration to Ensure Peace, Security and Development in Africa (Uma Maior Colaboração para Assegurar a Paz, a Segurança e o Desenvolvimento em África)" 11 de Julho de 2018.
[50] Consultar https://www.africanunion-un.org/our-mission
[51] Consultar Laurie Nathan, "Will the Lowest be First? Subsidiarity in Peacemaking in Africa (Será o mais baixo o primeiro? Subsidiariedade na Manutenção da Paz em África" Artigo Apresentado no ISA, Atlanta, 16-19 Mar 2016, pg. 5.

resultados através da facilitação da colaboração ao longo do ciclo do conflito, desde a fase inicial que indica a emergência de um conflito.[52]

Os Estados-Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas estão divididos em diversos agrupamentos geográficos através dos quais são realizadas as eleições para os diversos organismos e órgãos da ONU. A África tem alocados 3 membros não permanentes do Conselho de Segurança (A3), 14 membros no ECOSOC, 13 membros no Conselho dos Direitos Humanos e o Presidente da Assembleia Geral nos anos que terminam em 4 e 9. O Grupo Africano, constituído pelos 54 Membros da União Africana, coordena os seus esforços em diversos tópicos, desde a saúde e migração às questões da paz e segurança. Embora o grupo seja presidido por um Embaixador de um Estado-Membro, tendo o cargo uma rotatividade mensal, o A3 desempenha um papel essencial no envolvimento do Conselho de Segurança. A presidência rotativa assegura a coerência estratégica necessária para coordenar e chegar a decisões que, embora melhores para o seu país, não sacrifiquem a paz, coesão e prioridades do continente.[53]

A cooperação entre a UA e a ONU no âmbito da paz e segurança cobre um certo número de actividades de colaboração realizadas em diferentes campos. Em face de situações de conflito complexas, as duas organizações têm sido capazes de idear formas inovadoras de resolver as dificuldades que se lhes apresentam.[54] É indiscutível, que em sido alcançado um progresso significativo na parceria entre as duas organizações. Porém, muito mais há ainda para fazer A complexidade dos desafios da paz e segurança com que o continente se defronta significa que nenhuma organização pode isoladamente resolver efectivamente os mesmos por si própria. A pressão de ambas as instituições é maior quando realizam esforços coordenados e completares.[55]

Perguntas para Discussão:

- Quão bem está a ONU a desempenhar o seu papel no mundo?
- Como é que a ONU contribui para a paz e a segurança no mundo?
- Como avalia a cooperação entre a ONU e a UA?

Leitura necessária:

Relatório do Conselho de Segurança "Can the Security Council Prevent Conflict? (Pode o Conselho de Segurança prevenir o Conflito?)" Relatório de Investigação, Fevereiro de 2017. http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/research_report_conflict_prevention_2017.pdf

[52] Ibid.
[53] Consultar https://www.africanunion-un.org/history-of-the-mission
[54] Nathan, op. cit.
[55] Cf. UA, "Report of the Chairperson of the Commission on African Union-United Nations Partnership (Relatório do Presidente da Comissão sobre a Parceria União Africana - Nações Unidas), op. cit. pg. 9.

15.ª Sessão: ONU DPKO (Departamento de Operações de Manutenção da Paz) e DPA (Departamento de Assuntos Políticos)

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivo:

- Examinar o trabalho do Departamento de Assuntos Políticos e das Operações para a Manutenção de Paz da ONU.
- Avaliar o impacto das actividades de manutenção da paz no continente.

Preâmbulo:

No seguimento da reforma da infra-estrutura de paz e segurança das Nações Unidas em 1 de Janeiro de 2019, a ONU juntou o antigo Departamento de Assuntos Políticos (DPA) e o Gabinete de Apoio à Construção da Paz das Nações Unidas. O DPA e o antigo Departamento de Operações de Manutenção de Paz (agora o Departamento de Operações de Paz, ou DPO) também fundiu as suas antigas divisões regionais paralelas para criar uma estrutura única, o Departamento de Assuntos Políticos e de Construção de Paz da ONU (DPPA), para proporcionar uma análise política mais coerente e aconselhamento estratégico ao serviço da prevenção, manutenção e construção da paz após o conflito.[56]

Embora não previsto na Carta, a manutenção da paz tornou-se uma missão chave da OMU e foram realizadas diversas operações em África. O antigo departamento de assuntos políticos esteve, frequentemente, envolvido em actividades de manutenção da paz no continente. O Departamento de Assuntos Políticos (DPA) costumava gerir um certo número de Missões Políticas Especiais (SPM) no terreno, a maioria em África, em cenários de segurança muito difíceis. Muitas destas missões têm mandatos complexos, incluindo em áreas como o reforço dos sistemas de justiça nacionais, polícia e penas; direitos humanos e justiça de transição, que têm frequentemente implicações no Estado de Direito, tanto directa como indirectamente.[57]

O recentemente criado Departamento de Assuntos Políticos e de Construção de Paz da ONU (DPPA) desempenhará um papel central nos esforços das Nações Unidas para evitar conflitos mortais e na construção de construir uma paz sustentável em todo o mundo. A DPPA monitoriza e avalia os desenvolvimentos políticos globais com particular atenção na detecção de potenciais crises e na criação de respostas efectivas. O Departamento presta apoio ao Secretário-Geral e aos seus enviados nas suas iniciativas de paz, bem como às missões políticas da ONU em todo o mundo. O DPPA é também uma plataforma ágil para resposta à crise, capaz, com o assentimento dos países em causa de destacar rapidamente mediadores e outros especialistas na manutenção da paz a nível mundial e cooperar de perto com organizações regionais na linha da frente dos conflitos.[58]

Embora a ONU tenha prestado assistência em África e apesar de algum progresso no terreno, as forças de intervenção africanas continuam a enfrentar diversos desafios crónicos, incluindo o financiamento. Outros problemas incluem a falta de equipamento relevante e outras questões de natureza política como os mandatos adequados e as regras de empenhamento.

---

[56] Consultar https://dppa.un.org/en/about-us
[57] Consultarhttps://www.un.org/ruleoflaw/un-and-the-rule-of-law/department-of-political-affairs/
[58] Consultar https://dppa.un.org/en/about-us.

Perguntas para Discussão:

- Como avalia o quão bem a ONU tem lidado com as actividades de manutenção da paz no mundo em geral e em África em particular?
- Quais são as vantagens e desvantagens da manutenção da paz em África?
- Já foi alguma vez destacado para actividades de manutenção da paz no continente?

Leituras necessárias:

Paul Williams, "Peace Operations in Africa: Lessons Learned since 2000 (Operações de Paz em África: Lições aprendidas desde 2000" Centro de Estudos Estratégicos Africanos, *Africa Security Brief, Nº. 25,* Julho de 2013. https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB25EN-Peace-Operations-in-Africa-Lessons-Learned-Since-2000.pdf (disponível também em francês e português).

https://peacekeeping.un.org/en/department-of-peace-operations

https://dppa.un.org/en

16.ª Sessão: Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (SDG)

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Examinar os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (SDG).
- Discutir as implicações para a segurança centrada no cidadão através do continente.

Preâmbulo:
Em 2000, a Declaração do Milénio foi aceite por 189 governos. Era um acordo internacional sobre uma visão global da redução da pobreza, paz e segurança, proteção ambiental, direitos humanos e democracia, com objectivos para serem alcançados até 2015. Os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio (MDGs) que deram uma direção concreta para a implementação da Declaração do Milénio.[59] Apesar do progresso significativo, nem todos os objectivos foram cumpridos até 2015 e o progresso tem sido desigual quer em termos de objectivos quer dos países.

De modo a chegar a uma nova agenda, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Setembro de 2015. Ao contrário da Declaração do Milénio, a Agenda de 2030 aplica-se igualmente aos países em vias de desenvolvimento, emergentes e industriais de modo a criar uma parceria mais global. Os objectivos centrais da Agenda de 2030 foram estabelecidos com 17 Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável (SDG) que incluem 169 alvos. Os SDGs substituem os MDGs que caducaram em 2015 e procuram estimular a acção internacional. Foram concebidos de modo a equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: económica, social e ambiental.[60]

Entre os SDGs, o objectivo 16 aborda especificamente a paz, justiça e instituições fortes de modo a proporcionar segurança e justiça aos cidadãos. No nexo da segurança-desenvolvimento, está acordado que sem paz, estabilidade, direitos humanos e governação eficaz com base no estado de direito, o alcance do desenvolvimento sustentável é improvável. Consequentemente, o objectivo do SDG de reduzir significativamente todas as formas de violência e trabalhar com governos e comunidades para encontrar soluções duradouras para o conflito e a insegurança. Reforçar o estado de direito e promover os direitos humanos é a chave para este processo, tal como o é reduzir o fluxo de armas ilegais e reforçar a participação dos países em vias de desenvolvimento nas instituições de governo globais.[61]

Perguntas para Discussão:

- Qual é a diferença entre os MDG e os SDG?
- Quão confiante está que os países africanos cumprirão o SDGs?
- Como pode contribuir para alcançar os SDG?

Leitura necessária:

---

[59] Consultar GIZ, From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals (Desde os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio até aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável), Bona: GIZ; https://www.genderingermandevelopment.net/from-millennium-development-goals-to-sustainable-development-goals.html

[60] Ibid.

[61] Consultar http://www.sdgfund.org/goal-16-peace-justice-and-strong-institutions

Mariama Sow, "Figure of the Week: Africa's Progress on the SDGs and Agenda 2063 (Número da Semana: o Progresso de África relativamente aos SDG e a Agenda 2063)" *Brookings Africa in Focus* 16 de Novembro de 2017.
https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2017/11/16/figure-of-the-week-africas-progress-on-the-sdgs-and-agenda-2063/

ICLEI, "From MDGs to SDGs: What are the Sustainable Development Goals? (Dos MDGs aos SDGs: Quais são os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável?)" ICLEI BRIEFING SHEET - Urban Issues, N.º 01.
http://localizingthesdgs.org/library/251/From-MDGs-to-SDGs-What-are-the-Sustainable-Development-Goals.pdf

Módulo IV: Protagonistas Externos a África

Durante décadas, os teóricos das relações internacionais têm habitualmente assumido que os países africanos são simplesmente demasiado fracos para serem capazes de moldar, de forma significativa, os resultados a nível internacional. Os países africanos têm sido assim frequentemente tratados como uma categoria residual sem uma agência eficaz.[62] A questão do poder através da estrutura-quadro da agência que tem obtido pouco pensamento crítico está agora a ser desafiada. Os líderes africanos compreendem agora em que medida têm espaço de manobra no âmbito do sistema internacional e para exercer influência a nível internacional.

Depois dos mecanismos e interacções de segurança regional entre os africanos, por um lado, e entre a África e a ONU por outro, este módulo procura encontrar formas através das quais a natureza do mundo social facilita ou inibe a capacidade de agir dos líderes africanos. Embora as causas do falhanço do estado no continente não assentem inteiramente na agência predatória, continua a ser um facto que a África não se saiu muito bem na cena internacional. Pode argumentar-se que as análises de África que continuam a descrever o continente como amplamente periférico para as principais forças de mudança também não conseguem reconhecer a forma pela qual o continente se tornou um terreno importante para a política emergente dos principais protagonistas do mundo.

Dada a natureza da política internacional, os líderes africanos não têm tido, provavelmente, muito sucesso a jogar as suas cartadas. Embora alguns tenham conseguido obter alguns ganhos pessoais, uma análise atenta revela que, para além das posições comuns sobre alguns assuntos internacionais como o clima ou o ambiente, a maioria não beneficiou os seus países. Em contraste com a abordagem convencional do estudo como os protagonistas externos tiveram impacto nas relações internacionais de África, alguns académicos estão a examinar atentamente o papel rapidamente crescente dos estados africanos, líderes e outros protagonistas políticos na cena internacional.[63] Neste ambiente político global e competitivo é praticamente impossível que a mudança ocorra por si. A agência africana será crucial para o redespertar do continente. Como a agência está limitada pelas oportunidades disponíveis, a liderança estratégica pode constituir uma vantagem comparativa.

Este último módulo apresenta uma descrição dos parceiros externos chave com impacto no sector da segurança em África: Os Estados Unidos, a União Europeia, a China e outros parceiros bilaterais. Embora possa ajudar as nações a abordar as suas preocupações de segurança, a assistência externa, se não for conduzida devidamente, pode acidentalmente minar a mesma segurança que pretendia reforçar. As sessões sobre como potenciar a assistência à segurança e às relações de segurança internacional em África oferecem o contexto para entender como gerir eficazmente as parcerias externas. Para aumentar a pressão e a eficácia da assistência à segurança, os estados e as instituições africanas têm de compreender claramente o seu ambiente de segurança, os seus pontos fortes, os seus pontos fracos e objectivos de modo a tomarem decisões

[62] Cf. Christopher Clapham, *Africa and the International System: The Politics of State Survival* (África e o Sistema Internacional: a Política de Sobrevivência do Estado) Cambridge University Press, 1996.

[63] Cf. William Brown e Sophie Harman, eds. *African Agency in International Politics* (*Acção Africana na Política Internacional)*, Nova Iorque: Routledge, 2013.

informadas. Os estados africanos devem colocar as suas relações com outras nações num novo patamar e estabelecer parcerias estratégicas, baseadas nos valores e objectivos partilhados na promoção de interesses comuns e no alcance de objectivos estratégicos partilhados.

17.ª Sessão: Potenciar Parcerias Externas

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Examinar modelos de assistência à segurança externa.
- Destaca o potencial para uma liderança eficaz para gerir/coordenar a assistência dos doadores.
- Investiga as ligações entre a segurança nacional e a coordenação da assistência à segurança.

Preâmbulo:
Muitos estados africanos estabelecem os seus serviços e sistemas de segurança através da dependência de parceiros externos para fornecer o financiamento. Porém, esta assistência raramente é coordenada entre os parceiros externos e os estados africanos e nem sempre corresponde às estratégias ou necessidades de segurança nacionais dos governos africanos. Como resultado, muitos estados africanos têm equipamento de que não necessitam ou não podem manter, falta de formação para usar devidamente o material, ou possuem equipamento que não pode ser interoperável. Consequentemente, os estados africanos podem não estar a proteger efectivamente as suas nações e os parceiros podem não estar a utilizar eficientemente os seus recursos.

Os parceiros esforçam-se por oferecer assistência para cumprir os seus próprios objectivos de política estrangeira e de segurança; estes podem corresponder ou não aos objectivos dos estados africanos. Além disso, os parceiros externos raramente se coordenam entre si, para identificarem áreas de vantagem comparativa ou alinhamento com os objectivos e realidades africanos. Esta disparidade de objectivos pode tornar a assistência à segurança ineficaz, desperdiçando valiosos recursos. Consequentemente, muitos analistas têm pedido uma maior coordenação entre os doadores e entre os parceiros externos e os estados africanos. Por exemplo, os Estados Unidos podem ganhar coordenando a formação militar e de manutenção da paz com França; ao contrário dos EUA, a França tem uma rede mais vasta de escolas relacionadas com a manutenção da paz; como num exemplo recente, em que a cooperação EUA-França na escola de manutenção da paz em Bamako resultou em custos mais baixos e numa maior relevância da formação para as nações participantes.[64]

Quando os estados e as instituições africanas podem estabelecer e articular os seus objectivos estratégicos claramente, podem potenciar e coordenar de forma mais eficaz a assistência dos doadores para os seus sectores de segurança. No entanto, os doadores têm também interesse numa coordenação eficaz; não o fazer pode resultar num desperdício de recursos e num cumprimento deficiente dos objectivos.

Perguntas para Discussão:

- Como é que os governos africanos e os seus parceiros externos podem coordenar as necessidades de segurança, requisitos de responsabilização e donativos?

[64] Michael Drager, "French Military Education in Africa: New Cooperation Possibilities for the United States? (Educação Militar Francesa em África: Novas Possibilidades de Cooperação para os Estados Unidos?) 29 de Abril de 2016, *Security Assistance Blog*, http://securityassistance.org/our-work/blog/author/26264.

- Consegue identificar um envolvimento ou exercício de segurança financiado externamente que não tenha cumprido as necessidades do seu país? Qual foi o resultado desse envolvimento? Qual poderia ter sido uma melhor abordagem para o desenvolvimento dessa parceria?

Leituras necessárias:

Susan Willett, "Development and Security in Africa: A Challenge for the New Millennium (Desenvolvimento e Segurança em África: Um Desafio para o Novo Milénio" em Geoff Harris, ed. *Demilitarising sub-Saharan Africa (Desmilitarização na África Subsaariana)*, Pretória: Instituto de Estudos de Segurança, 2004, 101-120.
Development and Security in Africa: A Challenge for the New Millennium

Myrto Hatzigeorgopoulos, « *L'assistance militaire : quel rôle dans la prévention des conflits en Afrique ?* », Institut Royal Supérieur de Défense, 2016. www.irsd.be.

18.ª Sessão: A União Europeia

Formato: Sessão Plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Analisar o desenvolvimento da relação entre as nações europeias e o continente africano.
- Examinar as lições da parceria da Estratégia Conjunta África-UE.

Preâmbulo:
As nações europeias têm fortes laços históricos com o continente africano que vêm desde antes do período da colonização. Nas últimas décadas, a relação da Europa com os estados africanos desenvolveu-se de cinco formas diferentes. Primeira, o foco anterior nas relações centradas no estado está a mudar gradualmente de modo a incluir a segurança humana, humanitarismo e operações de apoio à paz. Segunda, a preocupação imediatamente pós-colonial relativa à nomeação de técnicos e de pessoal europeus está progressivamente a ceder o lugar a um foco crescente foco na formação, criação de capacidade e reforço institucional. Terceira, a relutância de intervir quando são cometidas violações dos direitos humanos está a ser substituída por intervenções direccionadas que são em geral consistentes com a doutrina internacionalmente reconhecida da responsabilidade de proteger (R2P). Quarta, há um reconhecimento crescente da necessidade de melhorar a coordenação da assistência europeia prestada aos países africanos. Quinta, houve uma mudança do foco quase exclusivo na relações bilaterais para uma aceitação do apoio às instituições e iniciativas africanas regionais. Muito desta evolução escora-se na estrutura-quadro articulada em Dezembro de 2007 na Estratégia Conjunta África-UE.

A Estratégia Conjunta África-UE estabelece um roteiro para uma colaboração efectiva entre a União Europeia e o continente africano em áreas prioritárias, sendo que todas têm implicações directas para a segurança. Desde o seu estabelecimento, a estratégia tem sido a base para uma intervenção significativa nas questões de segurança africanas. Tem sido dado um apoio substancial à União Africana, bem como a organizações regionais como a ECOWAS e a IGAD.[65] Embora esta abordagem tenha sido uma mudança bem-vinda, a coordenação relativamente fraca e os processos excessivamente burocráticos têm limitado a eficácia da estratégia. Além disso, o uso de múltiplos instrumentos de financiamento tem, nalguns casos, contribuído para a redundância, duplicação e desperdício.[66]

A 5.ª reunião dos Líderes europeus e africanos, rebaptizada "Cimeira UE-UA", procurou explorar o futuro da cooperação entre ambos os continentes em Abidjan, Costa do Marfim, em Novembro de 2017. Pela primeira vez, a União Africana (UA), e não "África", aparece oficialmente como parceira da União Europeia. Como é habitual, houve muitas discussões em torno da juventude, migração, segurança e governação. Ambos os lados se comprometeram vivamente a trabalhar conjuntamente sob o tema acordado "Investir na Juventude para um Crescimento Inclusivo Acelerado e um Desenvolvimento Sustentável" com o objectivo de trazer benefícios concretos para suas populações jovens e para as gerações futuras.[67]

---

[65] Consultar http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-367_en.htm
[66] Ibid.
[67] Consultar https://ec.europa.eu/europeaid/news-and-events/african-union-european-union-summit-start-cote-divoire_en

Perguntas para Discussão:

- Como avaliar as parcerias relacionadas com a segurança actuais entre a União Europeia e os países africanos?
- O que explica as relações em desenvolvimento entre a União Europeia e os países africanos nas áreas da gestão de conflitos, operações de apoio à paz e formação/criação de capacidade?
- Como avaliaria a Estratégia Conjunta África-UE.
- Como devem os países africanos tirar o melhor partido da sua parceria com a União Europeia?

Leituras necessárias:

The European Union and African Union: Key Partners (A União Europeia e a União Africana), *EU-AU Factsheet (Ficha de Informação UE/UA)*, 21 Jan 2019.
https://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/factsheet_eu_au-21-1-2019.pdf

União Europeia "Strengthening the EU's partnership with Africa: A new Africa-Europe Alliance for Sustainable Investment and Jobs (Reforço da parceria da UE com África: Uma Nova Aliança África-Europa para um Investimento Sustentável e Emprego" *State of the Union 2018* (Estado da União 2018), 12 Set 2018.
https://www.africa-eu-partnership.org/en/stay-informed/publications/factsheet-strengthening-eus-partnership-africa

19.ª Sessão: Assistência dos E.U.A.

Formato: Sessão Plenária
Grupo de Discussão

Objectivos:

- Examinar os objectivos e os mecanismos da assistência à segurança dos EUA para a África.
- Avaliar o impacto e a eficácia da assistência à segurança dos EUA.

Preâmbulo:
O Departamento de Estado centra-se em quatro objectivos de segurança chave dos EUA em África: criação de capacidade para as operações africanas de apoio à paz; prevenção, mitigação e resolução do conflito; profissionalização das forças armadas; e criação de capacidade contra o terrorismo (CT). Para atingir estes objectivos, o Departamento de Estado envolve-se numa assistência directa à segurança para as agências do sector da segurança, sob a forma de formação e financiamento. Embora uma vasta proporção da assistência seja bilateral, o Departamento também faz uma abordagem regional.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), é a principal agência governamental para ajuda e assistência estrangeira e opera sob a autoridade e orientação do Secretário de Estado. A USAID promove os objectivos de política estrangeira dos EUA através do apoio ao crescimento económico, agricultura, comércio, saúde global, democracia, prevenção de conflitos e assistência humanitária, entre outras iniciativas. A USAID tem 22 missões em África e 3 escritórios regionais no continente.

O Departamento de Defesa dos E.U.A (DOD) tem a incumbência de prevenir a guerra e proteger os Estados Unidos. Fá-lo através da manutenção das forças armadas, cujos principais elementos são o Exército, a Marinha, os Fuzileiros e a Força Aérea. Embora a Guarda Costeira seja o braço armado do Departamento de Segurança Interna (DHS), também tem capacidades militares tradicionais que são exercidas de acordo com as instruções da DHS e da DOD. Em casos de emergência, os Reservistas e a Guarda Nacional aumentam o contingente das forças armadas regulares.

Embora o Departamento de Estado seja a agência principal para a assistência estrangeira e providencie alguns fundos para formação de forças armadas estrangeiras (por ex. ACOTA), o Departamento da Defesa é o protagonista principal nas escolas de defesa estrangeiros. Os programas chave financiados pelo Departamento de Estado incluem:

- International Military Education and Training (Ensino e Formação Militar Internacional) (IMET)
- Foreign Military Financing-funded training (formação financiada pelo Financiamento Militar Estrangeiro) (FMF)
- International Narcotics and Law Enforcement (Aplicação Internacional da Lei e Narcóticos) (INL)
- African Contingency Operations Training and Assistance (Formação e Assistência às Operações de Contingência Africanas) (ACOTA)
- Enhanced International Peacekeeping Capabilities (Capacidades Internacionais Melhoradas para a Manutenção da Paz) (EIPC)

- Foreign Assistance Act (Lei da Assistência Estrangeira) (FAA).

The Role of U.S. Africa Command (A Função dos EUA no Comando Africano) (AFRICOM)
Em Fevereiro de 2007, o Presidente anunciou a sua intenção de criar um novo comando para a África. Ao tempo, a responsabilidade pelo continente africano estava dividida entre três comandos dos EUA: Comando Europeu (EUCOM), Comando Central (CENTCOM) e Comando do Pacífico (PACOM). O estabelecimento do AFRICOM foi motivado pela crescente relevância estratégica do continente para interesses cruciais dos EUA. Para promover os objectivos estratégicos dos EUA, o AFRICOM trabalha com os estados africanos e as organizações regionais para ajudar a reforçar a estabilidade e a segurança na região. Fá-lo através de uma variedade de programas e iniciativas que visam melhorar as capacidades de segurança nacional e regional, o profissionalismo militar e a boa governação.

Perguntas para Discussão:

- Quais são os elementos das políticas do Departamento de Defesa dos E.U.A. para África que são mais significativas para si e para o seu trabalho?
- As percepções no seu país de origem são diferentes do que aprendeu hoje?
- Como é que a informação que aprendeu hoje muda a forma como fará o seu trabalho?

Leituras necessárias:
Estratégia dos E.U.A. para a África Subsaariana, 2017.

General Thomas Waldhauser, "United States Africa Command 2019 Posture Statement (Declaração de Posição de 2019 para o Comando Africano dos Estados Unidos " 7 Fev 2019. https://www.africom.mil/

Angela Mahoney et al., *US Presence and the Incidence of Conflict* (A presença dos EUA e a Incidência do Conflito), Santa Monica, Calif., Rand Corporation 2018, pp. 57-82.
file:///C:/Users/DELL/Downloads/RAND_RR1906.pdf

20.ª Sessão: China

Formato: Sessão Plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Analisar o desenvolvimento da relação entre a China e o continente africano.
- Discutir a natureza actual e o âmbito da colaboração relativa à segurança entre a China e África.
- Determinar como a parceria da China com África aborda as necessidades de segurança.

Preâmbulo:
As relações entre a China e o continente africano têm de ser abordadas a partir de uma abordagem estratégica, alicerçada na história e privilegiando, os aspectos económicos, particularmente os comerciais. A abordagem tem de relembrar também a antiguidade de determinadas ligações e, em especial , evocar a verdadeira revolução geográfica que representa para África a crescente irrupção de protagonistas e capital chinês, dado que a China já não convence pelas afinidades ideológicas e políticas, mas sim pelo pragmatismo económico. O aumento considerável das suas necessidades de energia e matérias primas e o seu desejo de se afirmar como uma potência no palco mundial, tornou-se uma força motora essencial por detrás da política chinesa relativamente a África.

Desde o início dos anos 2000, que a presença chinesa em África é cada vez mais notada. No início, alguns africanos acolheram bem a vingança contra os ocidentais que haviam sido substituídos nos seus mercados tradicionais, mas hoje em dia interrogam-se se não se trata afinal de um neocolonialismo chinês. Primeiro, a China ficou interessada em África como fornecedora de matérias-primas, petróleo e alguns metais, que eram necessários para o seu crescimento como "fábrica do mundo". Hoje, a conquista de África faz parte do papel de protagonista que a China quer desempenhar no mundo. Naturalmente, isto está a causar uma grande rivalidade de poder. Enquanto a China vê África como um reservatório de energia e de minério, os Estados africanos vêem Pequim como um parceiro comercial ideal, que não impõe condições políticas específicas aos seus fornecedores e ainda lhes dá apoio diplomático. No entanto, as relações Sino-Africanas geram a desaprovação das nações frustradas, preocupadas também, em diversificar o seu fornecimento de petróleo.

Argumentando que também foi vítima de colonialismo, a China confia que este argumento, sincero ou não, seja aceite pelos líderes africanos que continuam a atribuir o atraso dos seus países ao colonialismo. Foi assim que a China se tornou o maior parceiro comercial de África. De acordo com o Ministro do Comércio chinês as importações do continente foram de $ 75,3 mil milhões em 2017 para exportações de $ 94,7 mil milhões.[68] A China importa petróleo, minerais e madeira de África e exporta bens de consumo, incluindo telemóveis, medicamentos, maquinaria e veículos. Os investimentos, ajuda ou empréstimos chineses não estão sujeitos a quaisquer condições políticas, como o respeito pela democracia ou os direitos humanos, permitindo assim aos países africanos contornar as sanções ocidentais. Isto constitui uma atracção adicional da ajuda chinesa aos governos africanos não democráticos.

[68] Consultar Yves Montenay, "Présence chinoise en Afrique : vers une Chinafrique ?" Contrepoints 29 de Outubro de 2018 ; https://www.contrepoints.org/2018/10/29/328983-presence-chinoise-en-afrique-vers-une-chinafrique

Deve realçar-se que a aventura chinesa não está isenta de rasteiras. Há algum tempo, que os especialistas ocidentais em África têm defendido que a China está a assumir muitos riscos em África e que irá deparar-se com os mesmos problemas que as empresas ocidentais, nomeadamente, a corrupção, a justiça parcial, os estrangulamentos administrativos e assim por diante. Além disso, agora que muitos africanos vão à China, especialmente para estudar ou em negócios, descobriram um racismo popular por trás da delicadeza dos notáveis chineses que os recebem. E dado que há muitos chineses em África, o problema está também no continente. Os chineses teriam de boa vontade pena dos seus empregados africanos que trabalham menos do que eles e nem sempre compreendem muito rapidamente. Os africanos culpam os chineses por trazerem compatriotas em vez de contratarem africanos. E, quando os contratam, comportam-se de maneira muito grosseira.

E então, é relativamente simples emprestar dinheiro aos estados africanos que o usarão para pagar às empresas chinesas que constroem as estradas e serem reembolsados aceitando os recursos naturais do país em causa. Há por conseguinte uma certa dependência económica, política e possivelmente cultural. Além disso, o projecto inicialmente designado "as Estradas da Seda" e agora "Correias e Estradas" também inclui programas de formação para funcionários, tribunais, normas ... É, definitivamente, outra forma de empurrar os africanos para um sistema de governo análogo ao chinês, afastando-os cada vez mais da influência ocidental.

As relações entre a China e África parecem ter perdido qualquer dimensão selectiva: TODOS os países africanos estão preocupados. Esta nova dimensão continental foi concretizada primeiro pela difusão generalizada de produtos chineses a preços muito competitivos nos mercados. Ao longo da última década, a organização de fóruns Sino-Africanos na China (Pequim, 2000, 2006, 2012 e 2018) e em África (Etiópia em 2003, Egipto em 2009 e África do Sul em 2015) tem demonstrado que a China pretende seguir uma política africana ofensiva e pragmática. Tradicionalmente, a China tinha como padrão duplicar ou triplicar os compromissos anteriores: de $5 mil milhões em 2006 para 10 em 2009, para 20 em 2012 e para 60 em 2015. Desviando-se deste padrão, o compromisso de financiamento da China na Cimeira de 2018 continua a ser o mesmo que tinha sido três anos antes. Embora ninguém espere que os compromissos financeiros da China continuem a duplicar ou triplicar indefinidamente, a estagnação de qualquer crescimento reflecte indirectamente uma atitude prudente por parte da China.[69] Além disso, cabe aos líderes africanos determinar se a cooperação chinesa não seria um punho de ferro numa luva de veludo oferecendo um charme enganador do modelo em que ambos ganham.

Perguntas para Discussão:

- Quais são os aspectos essenciais da relação de segurança da China com África?
- As parcerias da China relacionadas com a segurança abordam as prioridades de segurança de África?.
- Quais são as motivações da China para prestar assistência relacionada com a segurança à África?

[69] Consultar Yun Sun, "China's Financial Commitments to Africa: Adjustment and Recalibration (Os Compromissos financeiros da China para África: Ajustamento e Recalibragem)" Brookings Africa in Focus, 5 de Setembro de 2018; https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2018/09/05/chinas-2018-financial-commitments-to-africa-adjustment-and-recalibration/

- Como é que a África pode aproveitar ao máximo a parceria da China relacionada com a segurança?

Leituras necessárias:
Wenjie Chen et Roger Nord, "Réévaluation des Partenariats Mondiaux de l'Afrique: Approches pour Affronter le Nouvel Ordre Mondial," *Brookings Report*, 27 de Abril de 2018. https://www.brookings.edu/research/reevaluation-des-partenariats-mondiaux-de-lafrique/ Disponível em Inglês.

Wekesa, Bob. "FOCAC, African agency and Africa's China policy (FOCAC, Agência Africana e política da China em África)" L Dialogue (2017): 2.

21.ª Sessão: Outros Parceiros: Turquia, Índia e os Estados do Golfo

Formato: Sessão Plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Discutir outros parceiros emergentes na assistência à segurança externa a África.
- Interrogar as motivações dos parceiros na assistência à segurança externa a África.
- Avaliar como os parceiros emergentes ajudam a abordar os desafios de segurança em África.

Preâmbulo:
Embora o interesse crescente da China em África pareça estar a inflamar a rivalidade entre as grandes potências, a China não é o único desafio ao domínio do Ocidente na competição pelos recursos de África. A Índia, a Rússia, o Brasil e a Turquia estão também a investir fortemente em África. Os países do Médio Oriente estão entre os outros países que estão cada vez mais envolvidos no continente. Os parceiros não tradicionais na assistência à segurança desempenham agora um papel mais significativo na prestação de assistência à segurança. Focando-se na Turquia, Índia e nos Estados do Golfo mostra que a heterogeneidade de África nas relações internacionais e os interesses estratégicos dos diferentes parceiros.

Turquia
A Somália é central para a política da Turquia em África; visa distingui-la de outros parceiros externos ao demonstrar o seu compromisso para com a Somália. Na verdade, a visita do Presidente Recep Tayyip Erdoğan, em 2011, foi a primeira visita de um líder não africano em 20 anos.[70] Promover uma política de "Diplomacia Humanitária",[71] o envolvimento da Turquia com a Somália é visto como realçando um tipo de assistência diferente, a demonstração do compromisso com a parceria. Até agora, o envolvimento continuado da Turquia apesar dos ataques do Al-Shabaab que matou diplomatas e pessoal da Turkish Airlines (o que ocorreu em 2011, 2013 e 2015); o ataque de 2015 ocorreu exactamente antes do visita do Presidente Erdogan. Mas, o interesse da Turquia constitui também uma estratégia para afastar da sua dependência no Médio Oriente, promover o seu perfil nível internacional e alargar a sua relação com as comunidades muçulmanas em África.[72]

Índia
O interesse da Índia em África está estreitamente ligado ao seu interesse no Oceano Índico, o combate ao terrorismo do Paquistão e do Afeganistão e a sua busca pela reforma da governação global. Muito do interesse da Índia em África diz respeito às costas oriental e sul. Especificamente, a Tanzânia, Maurícia, Seychelles, Moçambique, África do Sul, que estão nas margens do Oceano Índico, são estrategicamente importantes para a Índia. A região do Oceano Índico não só descobriu recentemente reservas de petróleo e gás, mas também serve como importante entrada marítima. Para promover estas parcerias, a Índia criou relações de segurança marítima com a Maurícia, Moçambique e as Seychelles; desde 2000, tem patrulhado a Zona Económica Exclusiva da Maurícia com a guarda costeira mauritana. O Sahel e a Somália são cada vez mais importantes,

[70] David Shinn, "Turkey's Engagement in Sub-Saharan Africa: Shifting Alliances and Strategic Diversification (Envolvimento da Turquia na África Subsariana: Mudança de Alianças e Diversificação Estratégica)" Chatham House, Setembro de 2015.
[24] Saferworld, Junho de 2015
[72] David Shinn.

havendo informação que os terroristas paquistaneses e afegãos usam a África como campo de treino o que tem impacto na segurança da Índia. Na governação global, África é estrategicamente importante para a Índia dado que segue a sua agenda para a reforma dos órgãos das Nações Unidas, particularmente o conselho de segurança, para reflectir uma maior representação do hemisfério sul. Aqui, a Índia investe fortemente na manutenção da paz: das 7.676 tropas indianas, 80 por cento estão destacadas em missões da ONU no Sul do Sudão e na República Democrática do Congo. A Índia também contribuiu como $1 milhão para o AMISOM.[73]

Os Estados do Golfo

Os Estados do Golfo estabeleceram os seus papeis na pacificação, cultivaram laços com grupos extremistas e arrastaram África para as relações entre os Estados do Golfo. O Qatar, mais do que outro Estado do Golfo, tem desempenhado um papel de mediador nos conflitos africanos. Muito especialmente, o Qatar convocou as partes em conflito no Darfur, o que resultou no Acordo de Doha de 2011. Ao mesmo tempo, os habitantes do Qatar e os sauditas apoiaram grupos que têm sido associados a grupos extremistas no Sahel e na Somália.[74] Finalmente, as fissuras nas relações dos Estados do Golfo reflectem a política estrangeira de África. Como a Arábia Saudita intensificou a sua intervenção na guerra civil no Iémen, o Djibuti, o Sudão e a Somália cortaram relações diplomáticas com o Irão, enquanto a Eritreia arrenda os seus portos e conjuntamente com o Senegal e a Somália, enviou tropas para combater em nome da Arábia Saudita. Em troca deste apoio, os países esperam ultrapassar as dificuldades económicas causadas pelas sanções internacionais, pela guerra e pelos recursos naturais limitados. Mais recentemente, a coligação liderada pelos sauditas para isolar e sancionar o Qatar por apoiar grupos extremistas, foi seguida pela retirada de alguns embaixadores africanos do Qatar.[75]

Perguntas para Discussão:

- As abordagens da assistência à segurança dos protagonistas emergentes são diferentes das dos parceiros externos tradicionais?
- Quais são os prós e os contras das diferentes abordagens?
- Como é que estes protagonistas afectam a resolução do conflito no continente?

Leituras necessárias:

Waheguru Pal Singh Sidhu, "Africa: The indispensable continent for India? (África: O continente indispensável para a Índia?)" Africa in Focus, Brookings, 3 de Novembro de 2015.

---

[73] Prakhar Gupta, "Modi's Africa Visit: Toward Greater Cooperation in Maritime Security (Visita a África de Modi: Para uma Maior Cooperação na Segurança Marítima)" *The Diplomat*, 18 de Julho de 2016. http://thediplomat.com/2016/07/modis-africa-visit-toward-greater-cooperation-in-maritime-security/; Waheguru Pal Singh Sidhu, "Africa: The indispensable continent for India? (África: O continente indispensável para a Índia?)" *Africa in Focus*, Brookings, 3 de Novembro de 2015.https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2015/11/03/africa-the-indispensable-continent-for-india/; Brookings India, "India and Africa: Forging a Strategic Partnership (Índia e África: Forjar uma Parceria Estratégica" Outubro de 2015. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2015/10/india-africa-briefing-book-brookings-india.pdf

[74] Lidet Tadesse Shiferaw, "The Role of Gulf States in Peace and Security and Development in Sub-Saharan Africa (O Papel dos Estados do Golfo na Paz e na Segurança e Desenvolvimento na África Subsaariana)" Istituto Affair Internazionali, *Working Paper 16*, 19 de Agosto de 2016. http://www.iai.it/sites/default/files/iaiwp1619.pdf.

[75] Rashid Abdi, "A Dangerous Gulf in the Horn: How the Inter-Arab Crisis is Fuelling Regional Tensions (Um Golfo Perigoso no Corno: Como a Crise Inter-Árabe está a Alimentar as Tensões Regionais)" Grupo de Crise, 3 de Agosto de 2017. https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/dangerous-gulf-horn-how-inter-arab-crisis-fuelling-regional-tensions; Hamza Mohamed, "Africa and the Gulf crisis: the peril of picking sides (África e a crise do Golfo: o perigo de tomar partido)" *AlJazeera*. 15 de Junho de 2017 http://www.aljazeera.com/news/2017/06/africa-gulf-crisis-peril-picking-sides-170615100929852.html

https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2015/11/03/africa-the-indispensable-continent-for-india/

David Shinn, "Turkey's Engagement in Sub-Saharan Africa: Shifting Alliances and Strategic Diversification (Envolvimento da Turquia na África Subsariana: Mudança de Alianças e Diversificação Estratégica)" Chatham House, Setembro de 2015.

Elise Barthet, "La Turquie, puissance montante en Afrique," *Le Monde*, 4 de Março de 2016 http://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/03/04/la-turquie-puissance-montante-en-afrique_4876962_3212.html

Lidet Tadesse Shiferaw, "The Role of Gulf States in Peace and Security and Development in Sub-Saharan Africa (O Papel dos Estados do Golfo na Paz e na Segurança e Desenvolvimento na África Subsaariana)" Istituto Affair Internazionali, *Working Paper 16*, 19 de Agosto de 2016. http://www.iai.it/sites/default/files/iaiwp1619.pdf.

22.ª Sessão: Instituições Multilaterais

Formato: Sessão Plenária
Grupos de Discussão

Objectivos:

- Explorar o papel da África no sistema multilateral.
- Discutir as relações entre a África e as instituições multilaterais.
- Avaliar os contributos da instituições multilaterais para o desenvolvimento da África.

Preâmbulo:

Em 1944, quando a Segunda Guerra Mundial se aproximava do seu fim, foi convocada uma conferência pelos países vitoriosos em Bretton Woods, nos Estados Unidos. Foi aí que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional nasceram, na esperança de que estes constituiriam a base de um futuro pacífico e próspero para o mundo.[76] Diversas décadas mais tarde, estas duas instituições multilaterais ocupam uma posição dominante na economia política global, mas são alvo de um vigoroso ataque, tanto nas ruas como na comunicação social. E, ao longo dos anos, um vasto conjunto de outras instituições multilaterais se lhes foram juntando.[77]

As Instituições Multilaterais reflectem as relações de poder prevalecentes no seu ponto de origem e tendem, pelo menos inicialmente, a facilitar pontos de vista mundiais e crenças (por exemplo, sobre os méritos da economia neoliberal) de acordo com estas relações de poder. Isto implica que as relações de poder estão cravadas em todas as instituições multilaterais, mesmo que estas se baseiem supostamente na reciprocidade difusa e na igualdade formal entre os países membros.[78]

Como as instituições socias em torno das quais as experiências dos protagonistas convergem, as instituições multilaterais possuem uma qualidade coerciva clara; e espera-se que os estados membros e outros protagonistas nas instituições, desempenhem determinados papéis, quer gostem ou não; os custos para os protagonistas que optam por não participar nestes termos são incertos e provavelmente muito elevados.[79] Por fim, compete aos líderes africanos abordar as negociações com instituições multilaterais de uma perspectiva estratégica com um entendimento claro das regras do jogo e um conhecimento firme dos potenciais custos e benefícios.

Perguntas para Discussão:

- Qual é o papel da África no sistema multilateral.
- Quais são as suas expectativas em relação às instituições multilaterais?
- Quão eficientes têm sido as instituições multilaterais na sua assistência aos países africanos para reduzir a pobreza?

---

[76] Cf. Morten Bøås e Desmond McNeill. "Introduction: A 'Critical Engagement' Approach to Multilateral Institutions (Introdução: Uma Abordagem do "Envolvimento Crítico" às Instituições Multilaterais" em *Multilateral Institutions: A Critical Introduction (Instituições Multilaterais: Uma Introdução Crítica)*, Londres: Pluto Press, 2003, p. 1.

[77] Ibid.

[78] Ibid.

[79] Morten Bøås e Desmond McNeill, "Introduction," in Global Institutions and Development: Framing the World? ("Introdução" em Instituições Globais e Desenvolvimento: Enquadrar o Mundo?) Nova Iorque: Routledge, 2004, p. 3.

Leituras necessárias:

Jim Yong Kim, "The World Bank Strategy in Addressing Fragility in sub-Saharan Africa (A Estratégia do Banco Mundial na Abordagem da Fragilidade na África Subsariana)" *Brookings Africa in Focus*, 28 Jan 2019. https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2019/01/28/the-world-banks-strategy-for-addressing-fragility-in-sub-saharan-africa/

Banco Mundial (2011). "Conflict, Security and Development". Relatório de Desenvolvimento Mundial. Washington: Banco Mundial.